



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Ciência da Informação  
Curso de Graduação em Biblioteconomia

**Avaliação do Vocabulário de Controle Externo do Tribunal de Contas da  
União na perspectiva dos seus usuários**

Sabrina Alves da Silva

Orientador: Prof. Dr. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília

2016

Sabrina Alves da Silva

Avaliação do Vocabulário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União  
na perspectiva dos seus usuários

Monografia apresentada como parte das  
exigências para obtenção do título de  
Bacharel em Biblioteconomia pela  
Faculdade de Ciência da Informação da  
Universidade de Brasília

Orientador: Prof. Dr. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília

2016

S586a

SILVA, Sabrina Alves da.  
Avaliação do Vocabulário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União na perspectiva dos seus usuários/ Sabrina Alves da Silva. – Brasília, 2016.

81 f.

Orientação: Profa. Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé  
Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Curso de Biblioteconomia, 2016.

1. Vocabulário Controlado. 2. Avaliação de Tesouro. 3. Estudo de Usuário. 4. Vocabulário de Controle Externo I. Título.

CDU 025.3



**Título: Avaliação do vocabulário de controle externo do Tribunal de Contas da União na perspectiva dos seus usuários.**

**Aluna: Sabrina Alves da Silva.**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 01 de julho de 2016.

*Rita de Cássia do Vale Caribé*

**Rita de Cássia do Vale Caribé** - Orientadora  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutora em Ciência da Informação

*Dulce Maria Baptista*

**Dulce Maria Baptista** – Membro  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutora em Ciência da Informação

*Beatriz Pinheiro de Melo*

**Beatriz Pinheiro de Melo** – Membro externo  
Bibliotecária do Tribunal de Contas da União  
Especialista em Gestão do Conhecimento

## **DEDICATÓRIA**

Dedico essa conquista a pessoa mais especial em minha vida, minha mãe, por todo apoio e conhecimento dado no decorrer da minha graduação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe, pelo amor, confiança, respeito e paciência dado a mim em todos esses anos de UnB, espero retribuir todo esse apoio e ajuda.

A todos os meus familiares que mesmo sem entender a minha futura profissão, sempre me deram apoio para continuar.

À minha orientadora Rita de Cássia do Vale Caribé, por ter aceitado e apoiado meu tema desde a proposta inicial e por todo o ensinamento passado, tanto em sala de aula como nas orientações.

A todos os professores da FCI, apesar das dificuldades diárias contribuíram para meu crescimento profissional.

Agradeço a minha amiga Sabrina Rios, por toda companhia nessa vida insana de UnB, rodoviária e RU. A sua presença nesses anos de graduação foi muito especial, obrigada por me incentivar a seguir em frente.

Agradeço a barbie da biblioteconomia, Aline Faustino, que durante a graduação nunca me deixou desistir das disciplinas e dos meus sonhos. Obrigada por facilitar esse caminho árduo, principalmente na etapa mais difícil que foi a monografia. A sua ajuda foi essencial para a conclusão desta pesquisa. Aline e Sabrina amizade que vai além da graduação.

Agradeço as minhas amigas, Ludmila, Maynara e Ane por todo o apoio e compreensão.

Agradeço ao meu amor por acreditar em meus sonhos e me acompanhar nessa jornada.

Agradeço também ao Tribunal de Contas da União, principalmente ao servidor Luiz Ricardo Leite Filgueiras, que desde a minha entrada no órgão sempre incentivou as minhas ideias e alavancou meus sonhos. Aos funcionários do Centro de Documentação pelo apoio e informações prestadas para o desenvolvimento da pesquisa.

“Todos os dicionários juntos não contém nem metade dos termos de que precisaríamos para nos entendermos uns aos outros.”

José Saramago

## RESUMO

Avaliação do Vocabulário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, sob a perspectiva dos seus usuários. Tem como objetivos específicos: identificar os problemas na utilização do VCE; Analisar a usabilidade do vocabulário no âmbito do Tribunal de Contas da União; identificar se os termos do vocabulário abrangem todo o conteúdo das Secretarias e verificar a utilização do vocabulário pelos usuários. Como auxílio para esta pesquisa a revisão de literatura contempla temas relacionados a tesouros, linguagens documentárias, avaliação de tesouros, critérios de usabilidade e avaliação e utilização do vocabulário controlado pelos usuários. No âmbito da Ciência da Informação conteúdos sobre avaliação de tesouros e usabilidade de vocabulário são bastante escassos, o que torna esta pesquisa de caráter exploratório. A metodologia utilizada neste estudo priorizou a abordagem qualitativa, descritiva. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com os potenciais usuários do VCE tendo em vista que o vocabulário não está disseminado em todas as ferramentas de trabalho do Tribunal. Ao todo foram 23 entrevistados, que responderam questões sobre vocabulário controlado, a frequência de utilização do VCE, e sugestões de aperfeiçoamento da ferramenta. Diante dos resultados da análise das entrevistas acredita-se que este estudo constitui-se em uma contribuição para o aperfeiçoamento do VCE visto que o mesmo ainda está em construção, ao apresentar uma perspectiva do usuário que procura a qualidade dos instrumentos de tratamento e recuperação da informação.

**Palavras-chave:** Vocabulário Controlado; Linguagens Documentárias; Estudo de Usuários; Avaliação de Tesouros; Tribunal de Contas da União.

## **ABSTRACT**

Assessment of the External Control Vocabulary Court of the Union, from the perspective of its users. Its specific objectives: Identify problems in the use of the VCE; Analyzing the usability of the vocabulary in the context of the EU Court of Auditors; Identify whether the terms of the vocabulary cover the entire contents of the Secretariats and verify the use of vocabulary by users. As an aid for this research the literature review covers issues related to thesauri, indexing languages, thesauri evaluation, usability and evaluation criteria and use of controlled vocabulary by users. In the context of information science content on thesauri assessment and vocabulary usability are scarce, which makes this exploratory research. The methodology used in this study gave priority to qualitative, descriptive approach. Data collection was conducted through interviews with potential users VCE given that the vocabulary is not widespread in all the Court's work tools. In all, 23 respondents who answered questions about controlled vocabulary, the frequency of use of the VCE, and tool improvement suggestions. Given the results of the analysis of the interviews it is believed that this study is in a contribution to the improvement of VCE as it is still under construction, to present a user perspective you are looking for the quality of processing tools and recovery information.

**Keywords:** Controlled Vocabulary; Documentary Languages; Users of Study; Thesaurus Assessment; Court Union accounts.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 :</b> Organograma Instituto Serzedello Corrêa.....	21
<b>Figura 2:</b> Estrutura da usabilidade segundo a ISO 9241-11 .....	38

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> Objetivo da utilização do VCE .....	49
<b>Gráfico 2</b> Definição de Vocabulário Controlado .....	49
<b>Gráfico 3</b> A importância do VCE para o Tribunal .....	51
<b>Gráfico 4</b> Participação em treinamento para uso do VCE .....	52
<b>Gráfico 5</b> Divulgação do VCE .....	53
<b>Gráfico 6</b> Definições dos termos do VCE .....	54
<b>Gráfico 7</b> Aptidão na utilização do VCE .....	54
<b>Gráfico 8</b> Abrangência do vocabulário de acordo com as áreas do Tribunal .....	55
<b>Gráfico 9</b> Sugestão de termos para o VCE .....	56
<b>Gráfico 10</b> Sugestão de novos termos .....	57
<b>Gráfico 11</b> Expansão do VCE para o sistema e-TCU .....	58
<b>Gráfico 12</b> Software de pesquisa é adequado .....	59

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AACR2** - Código de Catalogação Anglo-Americano

**CEDOC** – Centro de Documentação

**CDU** – Classificação Decimal Universal

**CT** - Categoria

**DEF e DEF2** - Definições do termo

**ER** - Entidade relacionada

**E – TCU** - Canal de Acesso a Serviços Eletrônicos

**ISC** – Instituto Serzedello Corrêa

**NA** - Nome anterior de uma entidade

**NE** - Nota de escopo

**NP** - Nome posterior de uma entidade

**NO** - Nota de origem de um termo

**SEGEPRES** – Secretaria Geral da Presidência

**SEGECEX** – Secretária Geral de Controle Externo

**SECEXSAUDE** – Secretaria de Controle Externo de Saúde

**SECEXINFRAURBANA** –Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana

**SECEXDEFESA** – Secretaria de Controle Externo da Segurança Pública

**SECEXAMBIENTAL** – Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente

**SECEXEDUC** – Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto

**SEINFRA ELÉTRICA** -Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica

**SEINFRA OPERAÇÕES** -Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura

**SEINFRA URBAN** – Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana

**SEGINF** – Secretaria de Gestão de Informações para o Controle Externo

**SEGED** – Serviço de Gestão Documental

**SEGEPRES** – Secretaria Geral da Presidência

**SEMEC** – Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo

**TECON** – Tesouro de Contas

**TE** - Termo específico

**TR** - Termo relacionado

**TCU** – Tribunal de Contas da União

**TG** - Termo geral

**UP** – Usado Para

**VCE** – Vocabulário de Controle Externo

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	15
2	CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA .....	17
2.2	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	19
2.2.1	Objetivo geral.....	19
2.2.2	Objetivos específicos .....	19
2.3	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO .....	19
2.3.1	Instituto Serzedello Corrêa (ISC) .....	20
2.3.2	Centro de Documentação (CEDOC).....	22
2.3.3	Biblioteca Ministro Ruben Rosa .....	23
2.3.4	Vocabulário de Controle Externo – VCE .....	24
3	REVISÃO DE LITERATURA .....	30
3.1	Linguagens Documentárias .....	30
3.2	Avaliação de tesouro .....	33
3.3	Critérios de Usabilidade .....	38
3.4	Utilização do Vocabulário Controlado na Percepção do Usuário .....	42
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	45
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
	REFERÊNCIAS .....	64
	APÊNDICE .....	68
	ANEXO .....	72

## 1 INTRODUÇÃO

O Vocabulário de Controle Externo foi elaborado com o objetivo de otimizar a gestão da informação no Tribunal de Contas da União e uniformizar as terminologias utilizadas nos sistemas e bases de dados do TCU. O vocabulário foi desenvolvido pelo Centro de Documentação (CEDOC) está implementado nos sistemas, *Wiki* de controle externo, E-Juris e Biblioteca Digital do TCU.

O VCE foi desenvolvido levando em consideração as áreas de atuação do Tribunal, e possui um conteúdo diversificado que engloba as áreas de direito, contabilidade, economia, administração e finanças públicas. O vocabulário possui, ainda, descritores destinados à toponímia nacional formada pelas regiões, mesorregiões, unidades de federação e municípios brasileiros.

Cunha e Cavalcanti (2008) descrevem que o vocabulário controlado é um conjunto de termos que devem ser empregados tanto no momento da indexação como na recuperação, tendo por finalidade coincidir a linguagem do usuário com a do indexador. O vocabulário controlado é utilizado para descrever o assunto mais específico, caracterizando o conteúdo do documento através de um controle terminológico proposto por cada instituição.

O intuito dessa pesquisa é apresentar a percepção do usuário na utilização do VCE, nesse sentido à revisão de literatura aborda os conceitos de avaliação de tesouro, linguagens documentárias e usabilidade. A literatura não contempla conteúdo sobre avaliação de vocabulário controlado, porém autores como Lancaster, Monreal e Leiva, e Regina Boccato apresentam conteúdos direcionados para avaliação de tesouros.

A usabilidade no âmbito da Ciência da Informação prioriza a visão do usuário frente aos sistemas de informação disponibilizados nas bibliotecas. Nesse sentido a opinião do usuário se torna essencial para aprimorar o vocabulário e adequar o instrumento diante das suas necessidades. Sendo assim, a usabilidade é definida pela norma ISO 9241-11, 1998 como “capacidade de um produto a ser usado por usuários específicos para atingir objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto de uso”.

Nesta pesquisa a usabilidade do vocabulário foi aferida por meio de entrevistas, onde as respostas e sugestões dos usuários foram essenciais para constatar os déficits da ferramenta, bem como analisar se o vocabulário atende às necessidades informacionais dos seus usuários.

Diante dos objetivos estabelecidos, a pesquisa teve caráter exploratório, que observou os critérios de usabilidade em sua elaboração. Por ser um estudo de caráter exploratório e devido ao CEDOC não possuir um controle estatístico dos usuários do VCE, estabeleceu-se o método de entrevista característico da pesquisa qualitativa. Como não havia a necessidade de entrevistar todos os servidores do TCU, uma vez que o sistema ainda está com uso restrito, foi escolhida a amostragem teórica para esta pesquisa que seguiu o critério em que a percepção do usuário visa contribuir para comprovar a revisão teórica do estudo.

A colaboração dos estudos de usuário na construção do vocabulário controlado fornece uma base terminológica de pesquisa de acordo com suas necessidades informacionais. Cabe ressaltar que, mesmo em um ambiente especializado há diferentes tipos de usuário, então percebe-se a importância de um estudo no qual a contribuição e participação do usuário sejam frequentes.

Com relação à estrutura, a pesquisa é apresentada da seguinte maneira: no capítulo 1 é apresentada a introdução; no capítulo 2 é apresentada a definição do problema e a justificativa, os objetivos da pesquisa e a caracterização do objeto de estudo; no capítulo 3 apresentam-se a revisão de literatura, com conceitos de tesouro e linguagens documentárias, avaliação de tesouro, critérios de usabilidade e avaliação e utilização do vocabulário controlado pelos usuários; no capítulo 4 apresentam-se os procedimentos metodológicos; no capítulo 5 têm-se a apresentação e análise de dados; no capítulo 6 apresenta-se a discussão e a conclusão e finalizando são apresentados as referências, o apêndice e os anexos.

## **2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA**

O foco do estudo relaciona-se ao uso do Vocabulário de Controle Externo (VCE) no Tribunal de Contas da União (TCU). O Tribunal foi instituído por meio do Decreto nº 966-A, em 7 de novembro de 1890, tem como competência constitucional auxiliar o Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade, e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas.

Criada em 20 de maio de 1941, a Biblioteca Ministro Ruben Rosa constitui unidade diretamente subordinada ao Centro de Documentação (CEDOC) do Instituto Serzedello Corrêa (ISC). À Biblioteca compete a gestão do acervo bibliográfico, executando as atividades de seleção, aquisição, controle, análise, manutenção, utilização e disseminação de recursos informacionais.

As competências do TCU fazem com que atue em uma grande diversidade de áreas temáticas, observando-se a constante utilização de terminologias especializadas nas áreas de atuação do Tribunal. Por outro lado, a Biblioteca Ministro Ruben Rosa, que preza oferecer aos membros e servidores do TCU os recursos informacionais necessários ao bom desempenho de suas funções, precisa desenvolver instrumentos que possibilitem a recuperação da informação com qualidade.

Em 1992, foi publicado o primeiro Tesouro do TCU com o objetivo de representar, de forma sistemática, os assuntos objeto de Decisões do Tribunal (Contas e Concessões) exercendo o controle terminológico nas fases de indexação e recuperação.

A partir de julho de 2015, foi implementado o Vocabulário de Controle Externo (VCE), com o objetivo de uniformizar a terminologia utilizada no Tribunal de Contas da União e facilitar o intercâmbio das informações entre os sistemas e bases de dados utilizados no âmbito do Tribunal. O VCE foi construído pelo Centro de Documentação (CEDOC), e auxilia, principalmente, a indexação dos documentos inseridos na biblioteca digital. Para alcançar seus objetivos o VCE controla sinônimos, quase sinônimos e homógrafos, tornando o processo de recuperação da informação mais eficaz.

Um vocabulário controlado é uma linguagem documentária utilizada para organização, indexação e recuperação de informações, a sua aplicabilidade resulta em menos revocação na recuperação da informação, aumentando a precisão dos resultados na busca. Os vocabulários

são geralmente temáticos e estruturados como uma lista de termos autorizados que são empregados na representação do conteúdo do documento de forma simples e precisa.

No TCU a alimentação de metadados em sistemas de informação, incluindo campos de indexação, é realizada de forma colaborativa, ou seja, pode ser feita por qualquer servidor da casa. Por este motivo, o VCE pode ser um instrumento utilizado por todos que atuam na área de controle externo do Tribunal, e não apenas pelos gestores de informação.

Como a proposta do VCE é ser amplamente utilizado no âmbito do Tribunal, foram realizadas várias atividades para sua apresentação e divulgação no âmbito do TCU, bem como orientações aos funcionários quanto à sua utilização. Apesar de todo esse esforço, tem sido observado que o vocabulário ainda é subutilizado. Diante do acima exposto, torna-se necessário a realização de estudo para avaliação do Vocabulário de Controle Externo (VCE) do Tribunal de Contas da União, a partir dos seus usuários, incluindo os usuários efetivos e os potenciais. A participação dos usuários nesta pesquisa é de extrema importância para a manutenção e aperfeiçoamento do VCE, bem como para disseminar a ferramenta de recuperação da informação por todo o Tribunal.

Pela observação dos aspectos analisados, emergem as seguintes questões:

- I. Como os usuários utilizam o VCE?
- II. Há dificuldades na utilização do VCE?
- III. Os problemas estão ligados ao instrumento ou ao usuário?
- IV. Quais as soluções para o seu uso se tornar frequente?

Assim, esta pesquisa buscará analisar a situação da utilização do VCE, na tentativa de identificar o que inibe os funcionários do TCU em utilizar o vocabulário controlado nas suas atividades diárias e em que pontos o VCE pode ser aperfeiçoado.

## **2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA**

### **2.2.1 Objetivo geral**

Avaliar o Vocabulário Controlado do Tribunal de Contas da União sob a perspectiva dos usuários.

### **2.2.2 Objetivos específicos**

- Identificar os problemas na utilização do VCE;
- Analisar a usabilidade do vocabulário no âmbito do Tribunal de Contas da União;
- Identificar se os termos do vocabulário abrangem todo o conteúdo das Secretarias.
- Verificar a utilização do vocabulário pelos usuários;

## **2.3 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

O Tribunal de Contas da União (TCU) é a instituição brasileira, prevista na Constituição Federal de 1891, que tem como objetivo fiscalizar as contas do governo, e também auxiliar o Congresso Nacional no planejamento fiscal e orçamentário anual. O Tribunal de Contas da União é um órgão administrativo que julga as contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais, bem como as contas de qualquer pessoa que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte em prejuízo ao erário. Tal competência administrativo-judicante, entre outras, está prevista no art. 71 da Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988.

A instalação do TCU no Brasil ocorreu em 1893, graças ao empenho do Ministro da Fazenda Serzedello Corrêa, durante o governo de Floriano Peixoto. Pela Constituição de 1934, o Tribunal recebeu, entre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento da execução orçamentária, registrar previamente as despesas e os contratos, julgar as contas dos responsáveis por bens e dinheiros públicos, assim como apresentar parecer prévio sobre as contas do Presidente da República para posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados.

Entre 1946 e 1967 ocorreram alterações. Em 1946 acresceu um novo encargo, e o Tribunal de Contas da União passou a ter como competência julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões. As alterações de 1967 ratificadas pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, retiravam do Tribunal o exame e o julgamento prévio dos atos e dos contratos geradores de despesas, sem prejuízo da competência para apontar falhas e irregularidades que, se não sanadas, seriam, então, objeto de representação ao Congresso Nacional.

Atualmente, as funções básicas do Tribunal de Contas da União podem ser agrupadas da seguinte forma: fiscalizadora, consultiva, informativa, judicante, sancionadora, corretiva, normativa e de ouvidoria. Algumas de suas atuações assumem ainda o caráter educativo.

Por fim, o Tribunal é composto por nove ministros, dos quais seis são indicados pelo Congresso Nacional e três pelo Presidente da República. Além dos ministros, o corpo técnico do TCU possui auditores fiscais e técnicos administrativos, que exercem função sobre controle externo.

### **2.3.1 Instituto Serzedello Corrêa (ISC)**

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC), previsto na Lei Orgânica do TCU (art. 88 da Lei nº 8.443 de 1992) e instituído pela Resolução-TCU nº 19, de 09/11/1994, é a unidade de apoio estratégico do Tribunal de Contas da União, subordinado à Secretaria-Geral da Presidência (Segepres). Tem por finalidade propor e conduzir políticas e ações de seleção externa de servidores, educação corporativa e gestão do conhecimento organizacional (art. 16 da Resolução-TCU nº 214, de 20/08/2008). Possui prédio próprio, afastado da Sede do Tribunal, provido de salas de aula, laboratórios de informática e salas administrativas. Nesse sentido, o ISC é responsável pelos seguintes processos corporativos:

1. Seleção e integração de futuros servidores;
2. Educação Corporativa (treinamento e desenvolvimento profissional);
3. Gestão de Competências (modelo de Gestão de Pessoas por Competências);
4. Gestão da Informação e do Conhecimento (Centro de Documentação)

O mapa estratégico do Instituto Serzedello Corrêa apresenta-se da seguinte forma:

**Negócio:** educação para controle da gestão pública e promoção da cidadania.

**Missão:** desenvolver competências para o controle da gestão pública.

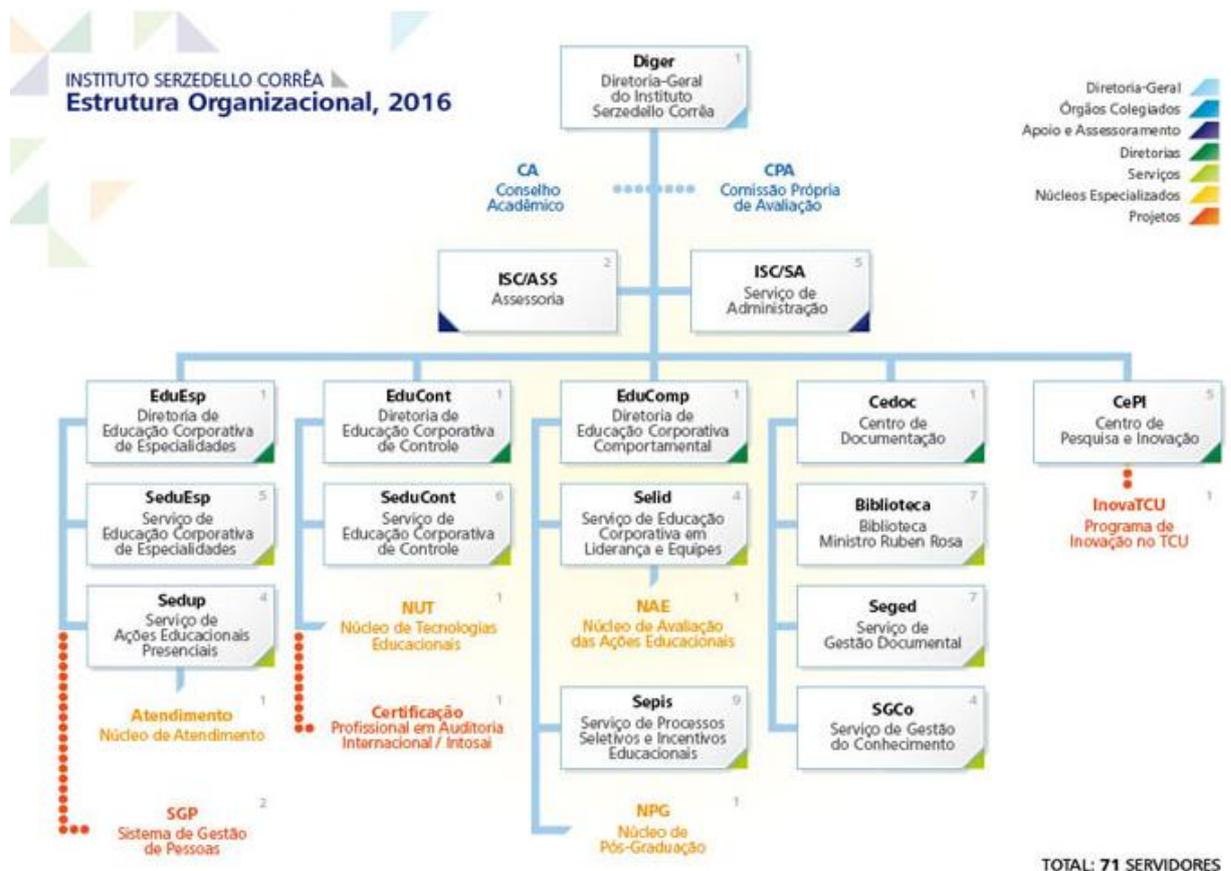
**Visão:** ser referência em educação para controle e aperfeiçoamento da gestão pública.

**Valores:**

1. Comprometimento (com resultados, clientes, missão, aprendizado contínuo, regras);
2. Gestão participativa (transparência);
3. Parceria (fomento ao diálogo e a negociação);
4. Respeito à diversidade;
5. Inovação;
6. Proatividade;
7. Assertividade;
8. Bom humor e entusiasmo.

Diante da proposta do Instituto de promover a educação corporativa, o ISC está estruturado segundo organograma apresentado na figura 2:

**Figura 1 - Organograma Instituto Serzedello Corrêa**



**Fonte:** Educação Corporativa (2016) <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Organograma Instituto Serzedello Corrêa. Disponível em: < <http://portal.tcu.gov.br/educacao-corporativa/o-instituto/>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

Por fim, cabe ao Instituto Serzedello Corrêa propor o projeto pedagógico e o modelo de gestão do processo educacional. O processo educacional no Tribunal deve considerar diretrizes, metodologias e padrões de qualidade aplicáveis às ações de treinamento, desenvolvimento e educação.

### **2.3.2 Centro de Documentação (CEDOC)**

O Centro de Documentação (CEDOC) é o setor responsável pela gestão do conhecimento produzido no Tribunal de Contas da União. O CEDOC faz parte da educação corporativa do Tribunal, que visa à construção de uma política de gestão de conteúdos informacionais para estruturar a gestão do conhecimento que circula na instituição.

Em 2012, o CEDOC reorganizou-se internamente e criou um núcleo de Linguagens Documentárias e Gestão do Conhecimento cuja proposta era selecionar e utilizar instrumentos, padrões e metodologias adequados para organizar, estruturar e tratar os conteúdos informacionais produzidos no âmbito do TCU. Em 2015 esse setor foi formalizado com o nome de Serviço de Gestão do Conhecimento mantendo-se basicamente as mesmas atribuições. Atualmente, o CEDOC vem trabalhando, prioritariamente, com as seguintes ações:

- Diagnóstico de modelos de gestão do conhecimento existentes na Administração Pública;
- Proposição de minuta de “Política de Gestão de Conhecimento” para o TCU;
- Desenvolvimento de terminologia controlada em áreas temáticas estratégicas (Licitações e Contratos, Desestatização, Pessoal e Controle Externo, entre outras);
- Elaboração de “Plano de preservação de documentos digitais” no TCU;
- Elaboração de Manual para Inserção de Conteúdos na Biblioteca Digital do Portal TCU;
- Apoio a áreas especializadas (Jurisprudência e Tecnologia da Informação);
- Ampliação e desenvolvimento de acervos virtuais na Biblioteca Ministro Ruben Rosa;
- Pesquisas jurisprudenciais e Disseminação Seletiva da Informação;
- Capacitação da equipe, especialmente em áreas como “Arquitetura da Informação”, “Multimodalidade”, “Ontologias” e “Web semântica”.

Em resumo, são metas do CEDOC para contribuir com a gestão do conhecimento no TCU: atuar no tratamento dos insumos contidos nos sistemas de informação corporativos e oferecer o tempestivo e adequado suporte informacional às ações de Controle Externo, incluindo o suporte às ações de capacitação dos servidores do Tribunal.

### **2.3.3 Biblioteca Ministro Ruben Rosa**

A Biblioteca Ministro Ruben Rosa foi oficialmente criada em 1969, seu nome é em homenagem ao seu criador. Em 1961, a biblioteca acompanhou a mudança do TCU para Brasília e atualmente está alocada no Anexo III.

A área de especialização da biblioteca é voltada para o controle de gastos públicos e seu acervo é composto de materiais das áreas de direito, contabilidade, economia, administração e finanças públicas. As obras são adquiridas com recursos públicos ou doadas por pessoas físicas ou jurídicas. Todo acervo da Biblioteca é processado e disponibilizado para consulta via Portal TCU.

Possui cerca de 23.000 volumes de livros e aproximadamente 490 títulos de periódicos. O acervo é composto por publicações oficiais do TCU e de outros órgãos públicos, publicações comerciais e de entidades especializadas em controle no Brasil ou no mundo, monografias dos servidores da Casa resultantes de cursos de especialização, mestrado e doutorado, apostilas de cursos do ISC, multimeios (vídeos, cds, dvds), além de jornais diários e revistas informativas. Há também uma coleção denominada “acervo depositário”, composta de obras editadas pelo TCU, que tem como propósito a preservação da memória institucional e documentação de seu processo evolutivo por meio de suas publicações.

Os principais jornais diários o *Correio Braziliense*, *Estadão*, *Folha de São Paulo*, *Valor Econômico*, e as revistas semanais, *Época*, *Isto é*, *Veja*, *The Economist*, são disponibilizados nas mesas de leitura. As obras são organizadas de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU) e divididas por coleções. A catalogação é descritiva, de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), que estabelece regras internacionais para padronização de bibliotecas.

Entre os principais serviços prestados pela Biblioteca estão:

- Gestão da rede de bibliotecas do TCU e monitoramento de inserção de conteúdos pelas bibliotecas participantes (Secex-MG, SC e GO);
- Atendimento a demandas de pesquisa sobre jurisprudência, legislação e doutrina;
- Empréstimo entre a Biblioteca do TCU e outras bibliotecas da Administração Pública;

- Desenvolvimento, preservação e disseminação de coleções impressas e digitais;
- Seleção e aquisição, por compra, de livros, vídeos, periódicos etc., por meio de catálogos impressos e eletrônicos e sugestões de usuários. Também são adquiridos títulos de obras por doação, grande parte delas destinadas à memória institucional;
- Normalização de itens, entre publicações editadas pelo TCU e cursos virtuais do Instituto;
- Catalogação e disponibilização para empréstimo de novas obras; e
- Indexação de artigos e revistas.

De acordo com a Portaria–TCU nº 268, de 24 de novembro de 2005, que aprovou o regulamento da biblioteca, a finalidade da Biblioteca Ministro Ruben Rosa é oferecer aos membros e servidores do TCU os recursos informacionais necessários ao bom desempenho de suas funções. O corpo técnico da biblioteca é composto por 21 funcionários entre técnicos administrativos e funcionários de controle externo.

#### **2.3.4 Vocabulário de Controle Externo – VCE**

Com o objetivo de otimizar a gestão da informação no Tribunal de Contas da União, o Vocabulário de Controle Externo (VCE) foi desenvolvido pelo Centro de Documentação (CEDOC), a partir de setembro de 2011, com o objetivo de substituir o antigo Tesouro do TCU, de 1992 que encontrava-se desatualizado e era voltado apenas para informação jurisprudencial. O VCE por sua vez teve seu escopo ampliado, com objetivo de uniformizar as terminologias utilizadas nos sistemas e bases de dados de todo o TCU, bem como padronizar o tratamento de informações especializadas e conferir maior agilidade e precisão na recuperação dos conteúdos presentes nos sistemas de informação do TCU.

O Vocabulário de Controle Externo foi desenvolvido ao longo de quatro anos por uma equipe técnica, composta por quatro funcionários do TCU, três bibliotecárias e um especialista em tecnologia da informação. A equipe contou com apoio de professores e especialistas na área de linguagens documentárias e tesouros.

O vocabulário tem como objetivo padronizar os assuntos dos documentos no sistema. Abrange diversos conteúdos compatíveis com as áreas de atuação das Secretarias do Tribunal. O Vocabulário Controlado como instrumento de recuperação da informação, é utilizado para uniformizar a terminologia adotada nos sistemas do TCU. A atualização do VCE é realizada

pelos funcionários do CEDOC que monitoram a linguagem especializada da instituição e analisam os termos propostos pelos demais servidores.

O Vocabulário de Controle Externo foi desenvolvido no software de construção de Tesouros Multites, software educativo, que permite o desenho de várias e diferentes bases terminológicas, utilizando a estrutura completa para ter como produto um Tesouro, saída em *html*, tem como resultado uma página *web* da base terminológica e relatórios diferenciados com conteúdo total ou parcial, em ordem alfabética ou estruturada e índice permutado.

O VCE baseou-se em instrumento consolidado na Ciência da Informação: Classificação Decimal Universal (CDU), associado às áreas de atuação do Tribunal e estruturado de acordo com as funções e subfunções de governo definidas pela Portaria do Ministério do Orçamento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999.

Atualmente, o VCE possui cerca de 14.000 descritores, com verbetes simples e um rol de informações coletadas junto a fontes oficiais. Os descritores possuem definições de conceitos, sinônimas, contextualização de termos, normativos e conceitos relacionados. Além dos descritores relativos às áreas do TCU, contêm a clientela do Tribunal e as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS). O VCE ainda contempla 6.000 descritores destinados à toponímia nacional formada pelas regiões, mesorregiões, unidades de federação e municípios brasileiros.

O VCE é aplicado nos verbetes da *Wiki* de Controle Externo e está integrado à biblioteca digital do TCU, sistema e-Juris e com o Sistema Orientar. Um *WebService* está em fase final de construção e poderá facilitar o processo de integração do VCE a outros sistemas.

#### **2.3.4.1 Estrutura Conceitual do Vocabulário de Controle Externo – VCE/TCU**

Os relacionamentos entre os termos do VCE dividem-se em: relação de equivalência, relação hierárquica e relações associativas. São utilizadas as seguintes abreviaturas e símbolos:

- TG – Termo Genérico: o termo introduzido após este símbolo representa um conceito de conotação mais ampla.
- TE – Termo Específico: o termo introduzido após este símbolo representa um conceito de conotação mais específica.
- TR – Termo Relacionado: o termo que se segue está associado, mas não é nem um sinônimo, nem um termo genérico ou termo específico.
- USE – O termo introduzido após esta expressão é o descritor, ou o termo preferido.
- UP – Usado Para: o termo introduzido após este símbolo é um não descritor, ou termo não preferido.

As relações de equivalência agrupam em termos sinônimos ou quase sinônimos que representam um mesmo conceito. O termo principal é escolhido como descritor e os demais ficam como não autorizados que remetem ao termo válido. A relação de equivalência é expressa por dois símbolos: USE e UP. Ex.:

Infração funcional	<b>USE</b>	Infração disciplinar
Infração disciplinar	<b>UP</b>	Infração funcional

Relação Hierárquica exprime graus ou níveis de superordenação e subordinação entre os termos. O termo superordenado é o gênero ao qual o termo subordinado é tipo ou espécie. A relação é indicada por meio dos símbolos TG (Termo Geral) e TE (Termo Específico). Ex.:

Ação judicial <b>TE</b> Ação cautelar	Ação cautelar <b>TG</b> Ação judicial
--	--

Relação Associativa é a relação que reúne conceitos afins que não estejam ligados por relacionamentos de equivalência ou hierarquia. São múltiplas as possibilidades de relacionamentos deste tipo e são assim identificadas: TR (Termo Relacionado) ou ER (Entidade Relacionada– Descrição precisa da natureza do relacionamento entre a entidade descrita no registro de autoridade e outra entidade relacionada, por exemplo, órgão superior, órgão subordinado, possuidor, predecessor, marido, esposa, filho, primo, professor de aluno de colega de profissão (ISSAR, 2004, p. 27). Os Termos ou Entidades relacionadas servem para orientar o indexador quanto às possibilidades de uso de outros descritores e para sugerir ao usuário outras possibilidades de pesquisa. Ex.:

Coefficiente de participação <b>TR</b> Fundo de participação	Baixada Santista Energia Ltda. <b>ER:</b> Petrobras
---	--

O VCE ainda utiliza outras normas na estruturação do vocabulário, são elas: Termo modificador (MOD) são termos autorizados e utilizados para modificar ou complementar um descritor principal. Estes tipos de termos não devem ser utilizados sozinhos, ou seja, sempre em companhia de um descritor. Ex.:

#### Alteração

CT: **MOD** Modificadores

NE: Usar como termo modificador subordinado a determinados assuntos.

Nota de Escopo (NE), também conhecida como Nota Explicativa, orienta quanto ao conceito ou uso de um termo, esclarece o contexto de interpretação do descritor dentro do tesauro, ou ainda, apresenta informações relacionadas ao histórico e atribuições de uma entidade. Ex.:

#### Competição esportiva

**NE:** Para competição esportiva específica, indexar sob seu nome oficial. Ex.: Copa do Mundo

Nota de Origem (NO) informa a origem de um termo incluído no VCE. Lista as fontes, principalmente outros Vocabulários, que também se utilizam do mesmo termo. Trata-se de nota interna utilizada pelo grupo gestor responsável pela manutenção do VCE.

Notas de Definição (DEF e DEF2), siglas que precedem uma ou mais definições para o termo descritor. São sempre acompanhadas da fonte consultada.

#### Gestão do conhecimento

**DEF:** Gestão do Conhecimento é definida pelas práticas e tecnologias relacionadas com a coleção, organização, partilha, disseminação e análise do conhecimento das organizações. (Fonte: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Glossário da Faculdade de Ciência da Informação. Disponível em: <http://www.fci.unb.br/index.php/glossario> . Acesso em: 28 ago 2014).

Nome Anterior (NA) e Nome Posterior (NP) correspondem respectivamente ao Nome Anterior e Nome Posterior de uma entidade. Ex.:

#### Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia (1989)

**NE:** Criação: Medida Provisória nº 29 de 15 de janeiro de 1989. Cria o Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, com a competência dos assuntos anteriormente a cargo dos Ministérios da Indústria e do Comércio e da Ciência e Tecnologia. Posteriormente, pela Lei nº 7.740, de 16 de março de 1989, é criada a Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia e o Ministério passa a denominar-se Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.

**ER: Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia (1989)**

**NA:** Ministério da Ciência e Tecnologia (1985-1989)

**NA:** Ministério da Indústria e do Comércio (1960-1989)

**NP:** Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (1989 – 1990)

Categoria (CT), sigla que precede as categorias que agrupam diversos descritores. São codificadas por caracteres alfanuméricos. Um descritor pode pertencer a mais de uma categoria. Esta convenção é usada principalmente pelo grupo gestor responsável pela manutenção do VCE. Ex.:

Termo – Categoria Profissional, pertence a duas categorias **CT**, são elas:

**352.6** Pessoal

**364** Assistência Social, Previdência Social e Trabalho

Especificador, palavra entre parêntesis apresentada após o termo, para indicar o contexto em que este deve ser usado. Esse recurso é utilizado especialmente para tratamento da homonímia, que é o emprego do mesmo termo para significados diferentes. Ex:

Fundação - Pessoa Jurídica constituída por um complexo de bens destinados à realização de fins determinados pelo instituidor.

Fundação (**obra pública**) - São elementos estruturais destinados a transmitir ao terreno as cargas de uma estrutura.

### 2.3.4.2 Atividades de divulgação e treinamento de uso do VCE

O Centro de Documentação (CEDOC) junto com a Secretaria de Comunicação do TCU divulgaram no dia de 20 de outubro de 2015, o Vocabulário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (VCE/TCU). A principal manchete do *União* número 187<sup>2</sup> foi: “VCE: ferramenta padroniza e organiza informações especializadas sobre o controle”. Segue em anexo o fascículo nº 187 do *União*. Ainda em apoio ao CEDOC, a Secretaria de Comunicação, realizou divulgações por meio de *banners* nos elevadores e nos painéis de informações.

Também foram produzidos e distribuídos cartões com *QR Code* de acesso ao vocabulário. Além disso, uma página própria no portal do TCU também foi desenvolvida para dar acesso ao aplicativo de consulta do VCE e contemplar a publicação digital, periodicamente atualizada.

Diversas matérias foram produzidas pelo CEDOC e publicadas no informativo interno do Tribunal (*União*)<sup>3</sup> com a intenção de explicitar melhor as finalidades e possibilidades de uso

<sup>2</sup>ANEXO A –*União* N° 187 com a manchete “VCE: ferramenta padroniza e organiza informações especializadas sobre o controle”.

<sup>3</sup> Matérias disponível em Anexo nesta pesquisa.

do instrumento. Foram divulgados textos sobre tesouros, uma visão geral do VCE e detalhamentos de partes do vocabulário. Alguns exemplos seguem em anexo.

Adicionalmente, o CEDOC procura aproveitar oportunidades de eventos internos e externos ao TCU para promover o VCE. Assim já foram realizadas diversas apresentações sobre a ferramenta dirigidas a diversos tipos de público.

Percebe-se que os eventos menores voltados a uma clientela específica dão resultados mais eficazes e efetivos pois permitem atender melhor às necessidades de processamento e recuperação da informação das áreas especializadas do Tribunal.

Por fim cabe ressaltar que o CEDOC pretende incrementar a divulgação do VCE à medida em que progredirem os esforços no sentido de sua plena integração com os sistemas corporativos.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

Esta revisão de literatura analisou documentos associados ao objetivo da pesquisa. As pesquisas bibliográficas foram realizadas na Biblioteca Digital de Monografia (BDM), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Base de dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Library and Information Science Abstracts* (LISA), *Library Trends*, *Association for Information Science and Technology* (ASIS&T), no acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília BCE/UNB e ainda em capítulos de livros relacionados à avaliação de tesouro, linguagens documentárias e usabilidade.

O levantamento bibliográfico realizado nos periódicos da *Association for Information Science and Technology* (ASIS&T) de 2002 até 2011, não obteve nenhum resultado sobre avaliações de tesouros. O mesmo ocorreu com os fascículos do periódico *Library Trends* com a pesquisa realizada nos periódicos online de 2005 até 2016. A base *Library and Information Science Abstracts* (LISA) disponível na *ProQuest*, possui vasto conteúdo sobre avaliação de *software* para tesouro, porém não há conteúdos sobre avaliação de tesouros.

Esta revisão aborda conceitos sobre tesouros e linguagens documentárias, foram analisadas referências bibliográficas sobre avaliação de tesouros, critérios de usabilidade, e avaliação e utilização do vocabulário controlado pelos usuários.

#### 3.1 Linguagens Documentárias

A linguagem documentária é um sistema de organização e representação da informação, que tem por finalidade contribuir para aperfeiçoar a recuperação da informação. Tendo em vista que as linguagens documentárias devem ser construídas com base na terminologia de uma área, ela auxilia no controle da terminologia e permite a representação adequada da informação.

Quando a linguagem documentária não oferece compatibilidade com a linguagem de busca do usuário e, conseqüentemente, não representa a sua área científica, compromete a qualidade da pesquisa realizada e a credibilidade do catálogo quanto ao seu desempenho na recuperação da informação documentária e satisfação do usuário. A obtenção de resultados úteis e pertinentes à sua atividade investigativa possibilitará assisti-lo nas tomadas de decisões, nas resoluções de problemas e na geração de novos conhecimentos. (BOCCATO, 2009, p.23).

Às linguagens documentárias cabem as seguintes funções: organizar os conceitos de acordo com as ocorrências na literatura (garantia literária); adequar a linguagem ao perfil do usuário (garantia do usuário); organizar os documentos (fisicamente) de acordo com seu

assunto; normalizar as descrições do classificador ou do indexador com as do usuário; economizar símbolos, eliminar redundâncias e condensar informações (DODEBEI, 2002).

Para Sales (2007), os modelos de representação do conhecimento, mais conhecidos como linguagens documentárias, são instrumentos de auxílio nas atividades de representação de conteúdos informacionais, visando o armazenamento de informações facilmente recuperáveis. Cada área do saber possui sua terminologia própria, que está restrita aos conhecedores de determinado conjunto de códigos, muitas vezes não sendo de conhecimento geral e que como linguagem de especialidade é concebida tanto pelos produtores das informações quanto por seus consumidores (usuários).

Cintra et al. (2002) afirmam que as linguagens documentárias foram construídas com a finalidade de auxiliar no processo de recuperação da informação: “[...] são, pois, construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a ‘traduzir’ os conteúdos dos documentos” (CINTRA *et al.*, 2002, p. 33).

Nesse sentido, Lara (2004) afirma a importância da linguagem documentária ser o meio de comunicação do usuário com o sistema:

A linguagem documentária é um instrumento por meio da qual se realiza a mediação entre sistemas ou conjuntos informacionais e usuários. Ou, sob outra perspectiva, é um instrumento que exerce a função de ponte entre ao menos duas linguagens: a linguagem do sistema e a linguagem do usuário. (LARA, 2004, p. 233)

Existem vários critérios para definir as diferenças das linguagens documentárias, o princípio da classificação ou de construção no qual existe uma hierarquia sistemática concebida a priori como nas classificações; pela extensão do campo do conhecimento coberto, pelos tipos de descritores empregados, pelas relações entre os termos, pelo tipo de arranjo (sistemático, alfabético, decimal, fechado). (MAGALHÃES, 2009, p. 21).

Bocato (2011) propõe 12 indicadores como contribuintes para adequação e aperfeiçoamento das linguagens documentárias, são estes:

1. Construção do vocabulário a partir das linguagens de especialidades das áreas científicas e da linguagem de busca do usuário, com vistas à compatibilidade entre a linguagem adotada pelo sistema e a de busca do usuário;
2. Incorporação constante de novos termos, visando à atualização da linguagem que se fizer necessária, por meio de coleta em fontes de informação formais (dicionários especializados, glossários técnico-científicos, diretórios, entre outros) e informais (formulários de sugestões de assuntos preenchidos pelos usuários, catálogo e listas de assuntos locais elaborados pela biblioteca);

3. Eleição de termos expressivos, visando à clareza na designação do assunto;
4. Utilização/revisão da tradução de termos existentes na linguagem, tendo em vista a devida correspondência conceitual que deve ocorrer em relação à terminologia das áreas científicas nacionais;
5. Eliminação das ambiguidades causadas pela homonímia e polissemia advindas da linguagem natural: adoção de termos qualificadores agregados ao termo preferido, de modo a definir diferentes aspectos, conceitos e pontos de vista abordados pelo autor sobre o assunto do documento. Os termos qualificadores possibilitam a especificidade na representação e na recuperação da informação. O uso de singular e plural também é um recurso auxiliar para a distinção entre termos homógrafos;
6. Incorporação de termos específicos, tendo em vista a especificidade exigida do tratamento de conteúdos documentários para a recuperação precisa da informação;
7. Controle de sinônimos: controle efetivo dos termos sinônimos, quase-sinônimos e das variantes lexicais (ortografia, singular-plural, nome completo divergente da abreviatura), evitando-se a dispersão temática e proporcionando maior exatidão na indexação e busca por assunto;
8. Estabelecimento das relações lógico-semânticas: a construção das relações hierárquicas, de equivalência e não hierárquicas visa à indicação dos relacionamentos semântico-conceituais entre os termos, propiciando a consistência na representação e na recuperação. O incremento das relações não hierárquicas (associativas) promove uma aproximação maior com a linguagem de busca do usuário, relevando a função comunicativa que a linguagem deve ter;
9. Utilização/verificação da sintaxe dos cabeçalhos de assuntos compostos referentes à ordem das ideias que os compõem;
10. Utilização/incorporação de notas de escopo nos cabeçalhos de assunto;
11. Intensificação da função comunicativa da linguagem;
12. Representação de conceitos por meio de termos, visando à obtenção de cabeçalhos mais consistentes.

Conforme Boccato e Fujita (2006, p. 268):

A avaliação de uma linguagem documentária, sob o ponto de vista do indexador e do usuário/pesquisador é fundamental para que se verifique até que ponto o desempenho de um sistema de informação fica comprometido ou não com a sua utilização. A linguagem documentária deve estar de acordo com as políticas de indexação definidas pelo sistema, intermediando o acesso à recuperação da informação e este, por outro lado, deve considerar a instituição onde se desenvolve; as expectativas e necessidades do usuário; as características do assunto tratado; os recursos humanos, físicos e financeiros; os produtos e serviços visados e a relação custo/desempenho.

A próxima seção abordará os principais conceitos e critérios para a avaliação de tesouros. Considerou-se importante destacar esses critérios visto que a avaliação está diretamente relacionada com o objetivo desta pesquisa.

### **3.2 Avaliação de tesouro**

A avaliação de qualquer mecanismo de organização e recuperação da informação, é essencial para efetuar melhorias. A avaliação de tesouro pode ser realizada tanto pelo usuário quanto por profissionais da área especializada.

A principal função da avaliação é produzir conhecimentos relativos à unidade de informação, a organização em que a esta se situa e a seu ambiente, para servir de subsídio ao planejamento tanto na fase de elaboração do plano, programa ou projeto, quanto na fase de implementação das ações. A avaliação possibilita a escolha certa, ou seja, a correta definição dos objetivos no momento da concepção do plano. Na implementação do plano, produz informações que contribuem para a maior produtividade e para a melhoria da qualidade. No final do processo, permite comparar resultados esperados e conseguidos, conhecer o nível de satisfação do público-alvo e os efeitos do planejamento na unidade de informação, na organização e no ambiente. (ALMEIDA, 2005, p. 11 apud SOUZA, 2013, p. 29)

A avaliação de tesouros tem o objetivo de analisar o controle terminológico, estrutura e campo temático, o objetivo do tesouro voltado para o atendimento das necessidades do usuário, com a finalidade de otimizar os mecanismos de recuperação da informação.

Lancaster (1974 apud LORENZON, 2011, p.29), afirma que a “avaliação de um sistema de recuperação da informação depende da interface entre os usuários e o sistema, de forma que as perguntas dos usuários devem ser atendidas pela linguagem de indexação utilizada para a representação das informações do sistema”.

Sendo assim, a avaliação de desempenho de um tesouro, feita a partir da opinião dos usuários, se torna essencial para atualização do tesouro, ou seja, possibilita maior eficácia na recuperação da informação. Por se tratar de um instrumento que organiza a informação os tesouros se tornaram instrumentos indispensáveis na organização do conhecimento.

Lancaster (1986, p. 155) em seu livro *Vocabulary Control for Information Retrieval*, dedica um capítulo a avaliação de tesouros. Define alguns pontos que devem ser levados em consideração durante a avaliação de um tesouro: avaliar a consistência e especificidade do tesouro; averiguar se ele obedece algum padrão internacional; avaliar sua equivalência em relação à reciprocidade entre os termos e conceitos usados; e aspectos estéticos de *layout* e tipografia também podem ser considerados.

Seguindo as ideias de Lancaster, Gil Urdiciain (1998) realizou um estudo sobre avaliação de tesouros espanhóis que aborda os seguintes aspectos: composição, tamanho, relações de equivalência, taxa de enriquecimento, reciprocidade das relações de equivalência (hierárquicas e associativas), quantidade de notas de escopo, aspectos estéticos da composição e tipografia, morfologia das palavras e nível de pré-coordenação.

Para Gil Urdiciain (2004), a avaliação de tesouros pode ser realizada mediante a indexação de uma amostra de documentos, com o objetivo de analisar o grau de coerência da estrutura do tesouro e sua capacidade real de resposta. A partir dessa análise pode-se observar a frequência de uso dos termos e aqueles que não são utilizados, bem como identificar aqueles conceitos que não possuem termos correspondentes no tesouro. Esse tipo de avaliação possibilita a revisão e atualização do tesouro do ponto de vista do uso dos termos.

A quarta edição da norma ANSI/NISO Z39.19-2005 - *Guidelines for the Construction, Format and Management of Monolingual Controlled Vocabularies* tem como proposta o estabelecimento de diretrizes e convenções quanto à construção, formato de apresentação e o gerenciamento de vocabulários controlados, impressos e eletrônicos, focalizando, principalmente, outros tipos de sistemas de organização do conhecimento, além dos tesouros, tais como as listas, os anéis de sinônimos, as taxonomias e as redes semânticas. Ela é composta por onze seções e seis apêndices, o tópico 11.2 da norma aborda sobre os testes e avaliações.

Segundo a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2005, p. 94 *tradução nossa*) existem duas principais razões para testar e avaliar vocabulários controlados:

1. Para determinar se o vocabulário controlado sendo usado para descrever objetos de conteúdo fornece resultados de pesquisa adequados (ou seja, alta relevância e *Recall*) para a maioria dos usuários, e;

2. Para determinar se o vocabulário controlado corresponde às expectativas dos termos neles contidos. Por exemplo, se o vocabulário de entrada não é suficientemente rico, os usuários não podem descobrir seus termos desejados.

Ainda segundo a norma, existe pouca literatura sobre avaliação de tesouros. No entanto, os seguintes métodos devem ser considerados quando confrontados com o desafio de medir a qualidade ou eficácia de um vocabulário controlado:

**Avaliação heurística** - um ou vários especialistas são convidados a avaliar um vocabulário controlado. Tal avaliação pode ser informal e qualitativa (ou seja, todos os especialistas podem atribuir pontuações de acordo com uma lista compartilhada de critérios).

**Modelagem afinidade** - uma amostra representativa dos usuários é solicitada para classificar um conjunto de documentos, de acordo com os termos do vocabulário controlado. Os resultados são analisados por bibliotecários especializados utilizando o mesmo vocabulário. Os usuários também podem ser convidados a marcar termos equivalentes e relacionados de acordo com nível de similaridade.

Soergel citado na norma ANSI/NISO Z39.19-2005 identificou algumas considerações para a avaliação de tesouros. Ele sugere que seja realizada uma avaliação sumária da adequação do vocabulário, fazendo perguntas, tais como:

1. O vocabulário controlado contém termos sinônimos ou equivalentes sem indicar relação?
2. Os descritores estão em nível hierárquico?
3. Notas são fornecidas quando necessárias?
4. São todas as facetas necessárias incluídas?
5. Os termos são atualizados?

Campos (2004) define em um tutorial para a elaboração de tesouro critérios para avaliação de um tesouro documentário:

1. Domínio de Conhecimento coberto pelo Tesouro
2. Apresenta Introdução? Qual o conteúdo? Está redigida de forma clara a possibilitar o uso do instrumento?
3. Forma de apresentação:
  - a) Apresenta parte alfabética
  - b) Apresenta parte sistemática
4. Idioma: monolíngue ou multilíngue?
5. Unidade linguística utilizada:

- a. Conceito
  - b. Palavra
  - c. Assunto
6. Quais os tipos de relação encontrados?
  7. Aspectos ligados à consistência:
    - a. Consistência das relações entre os termos?
    - b. Consistência no uso do plural e do singular?
    - c. Consistência no nível de especificidade?
  8. Nota de aplicação/Esopo: apresenta a definição do termo e/ou a política de indexação?

Monreal e Leiva (2011) destacam outra forma de avaliação “Outra forma de avaliar vocabulários controlados, principalmente tesouros, é compará-los uns com os outros. Kishida, et al. (1988) compararam o MeSH (*Medical Subject Headings*), o dicionário de sinônimos ERIC, o INSPEC eo thesaurus *Root*, entre outros, tendo como referência os princípios de construção, a sua estrutura e as informações que eles contribuíram. ”

Owens e Cochrane no livro *The Thesaurus Review, Renaissance, and Revision*, capítulo *Thesaurus evaluation* (2004, p. 87 tradução nossa) fundamentam que:

O processo de avaliação de tesouros pode aumentar o seu valor em termos de usabilidade, cobertura, precisão e reparação de erros. Técnicas de avaliação formativa, estrutural, comparativa e de observação podem ser aplicadas junto com a usabilidade do tesouro. Os métodos descritos servem tanto para construção como para manutenção de um tesouro já existente. (OWENS; COCHRANE, 2004 p. 87).

Para Boccato e Fujita (2006, p. 268), a avaliação recebe um olhar diferente do indexador para o usuário:

A avaliação de uma linguagem documentária, sob o ponto de vista do indexador e do usuário/pesquisador é fundamental para que se verifique até que ponto o desempenho de um sistema de informação fica comprometido ou não com a sua utilização. A linguagem documentária deve estar de acordo com as políticas de indexação definidas pelo sistema, intermediando o acesso à recuperação da informação e este, por outro lado, deve considerar a instituição onde se desenvolve; as expectativas e necessidades do usuário; as características do assunto tratado; os recursos humanos, físicos e financeiros; os produtos e serviços visados e a relação custo/desempenho.

Ainda sobre critérios para avaliação de tesouros Souza e Campos (2007 *apud* LOREZON, 2011 p. 31), destacam:

1. Forma de apresentação (análise da origem da linguagem, se o instrumento apresenta introdução explicativa, qual o domínio que abrange, quais são seus objetivos, quais são as condições de uso e atualizações, quais fundamentos nortearam a sua elaboração, entre outros).
2. Campo de abrangência (análise das áreas de conhecimento abrangidas pela linguagem de indexação).
3. Estrutura dos termos (análise do relacionamento entre os termos, estrutura do vocabulário etc.).
4. Forma das palavras (unidade linguística abordada, variações ortográficas, abreviaturas etc.).
5. Estrutura semântica (conceitos empregados, articulação de assuntos, exclusão de ambiguidade etc.).
6. Relações de equivalência (sinonímia, plano linguístico adotado etc.).
7. *Software* adotado pelo sistema de informação (quais critérios foram adotados na escolha do software que irá representar a informação.)

Para intensificar a importância da avaliação de tesouros, recorre-se a Lancaster (2004, p.14) que descreve quatro razões para que os serviços oferecidos pela biblioteca sejam avaliados:

Uma delas é simplesmente estabelecer uma espécie de 'escala' para mostrar em que nível de desempenho o serviço está funcionando no momento. A segunda razão, provavelmente menos comum, é comparar o desempenho de várias bibliotecas ou serviços. Terceira razão para a avaliação de um serviço de informação é simplesmente a de justificar sua existência. A quarta e última razão para a avaliação é identificar as possíveis causas de malogro ou ineficiência do serviço, visando a elevar o nível de desempenho no futuro. (LANCASTER, 2004 p. 14-15).

Conforme evidenciados pelos autores, a avaliação de tesouros se faz necessária, para que os profissionais bibliotecários tenham um *feedback* sobre a ferramenta de recuperação da informação utilizada na biblioteca. As ferramentas utilizadas nos serviços de informação devem interagir de acordo a atender as demandas informacionais dos seus usuários.

### 3.3 Critérios de Usabilidade

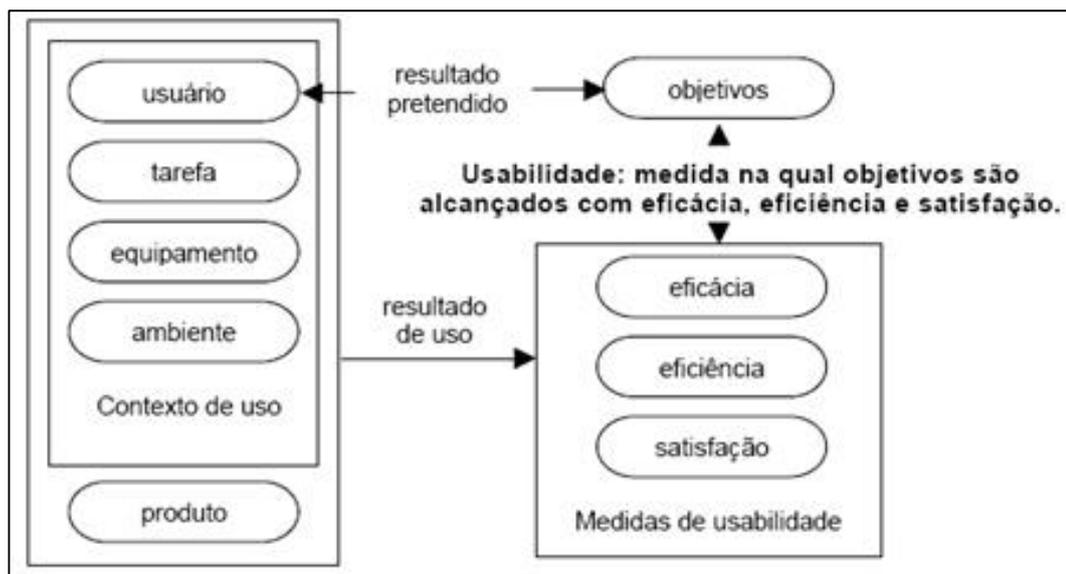
O universo deste estudo é a avaliação do vocabulário controlado na perspectiva do usuário, diante desses aspectos a usabilidade se torna um dos melhores índices de avaliação entre o usuário e o sistema. A usabilidade é definida pela norma ISO 9241-11, 1998, como “capacidade de um produto ser usado por usuários específicos para atingir objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto de uso”.

Diante das definições da norma ISO 9241-11 a usabilidade é composta pelos seguintes critérios:

- Eficácia: Acurácia e completude com as quais os usuários alcançam objetivos específicos.
- Eficiência: Recursos gastos em relação à acurácia e abrangência com as quais os usuários atingem seus objetivos.
- Satisfação: Ausência do desconforto e presença de atitudes positivas durante o uso do produto.
- Usuário: Pessoa que interage com o produto.
- Objetivo: Resultado pretendido.
- Tarefa: Conjunto de ações necessárias para alcançar um objetivo.

Para melhor representar as definições, a norma ISO 9241-11 esquematizou o conceito de usabilidade.

**Figura 1** - Estrutura da usabilidade segundo a ISO 9241-11



Fonte: ISO 9241-11

Nesse sentido, Dias (2003, p. 4) aponta critérios de usabilidade para sistemas:

[...]o acesso às informações deve ser eficiente e deve requerer um mínimo de tempo e esforço dos usuários finais. O sistema de informações deve ser projetado de tal forma que os erros sejam minimizados e próximos de zero. O uso do sistema deve requerer pouco ou nenhum treinamento oferecendo interface intuitiva, permitindo a autoaprendizagem. O aspecto subjetivo da interface é igualmente importante determinando a usabilidade do sistema. A interface deve ser satisfatória para o usuário e o seu uso deve ser prazeroso, isto deve resultar em uma percepção favorável do sistema, pelo seu usuário.

Partindo dessa premissa, Vechiato e Vidotti (2012, p.4) sugerem que, esse estudo está intimamente relacionado:

- À Interação Humano-Computador (IHC), visto que atua no momento de interação entre os usuários e a interface digital, tanto em relação à forma quanto ao conteúdo;
- À Ergonomia e às Ciências Cognitivas, pois considera a relação entre o ambiente de interação e o comportamento humano, com enfoque nas necessidades das pessoas e em seus processos cognitivos;
- À Arquitetura da Informação, pois permite avaliar a estruturação e a organização da informação disponibilizada nesses ambientes em todas as fases do processo de desenvolvimento, sob a ótica dos usuários e também dos projetistas; e
- Ao Comportamento Informacional, visto que o comportamento humano em relação à informação influencia sobremaneira o comportamento de busca e uso de informação em ambientes informacionais digitais, considerando que grupos de usuários de diferentes culturas, sexos, idades entre outras categorias possuem diferentes formas de compreender sua necessidade informacional e buscam informação e conhecimento em diferentes fontes e canais.

Tendo em vista a usabilidade como um critério avaliativo, a necessidade informacional do usuário deve ser considerada um fator primordial no vocabulário. Dias (2003 p. 43) classifica os problemas de usabilidade de acordo com:

- As consequências na interação entre usuário e sistema: barreira, quando o usuário tenta realizar uma tarefa e não consegue, possibilitando que ele desista de cumpri-la;

obstáculo, quando o usuário tenta realizar uma tarefa com dificuldades, mas consegue encontrar uma solução; ruído, quando o usuário consegue desempenhar determinada tarefa sendo que, em contrapartida, ocorre um comprometimento quanto a sua satisfação;

- O tipo de usuário: gerais, quando afetam qualquer tipo de usuário; iniciais, quando atingem apenas os usuários inexperientes; avançados, quando comprometem a realização de tarefas executadas por usuários experientes; especiais, quando atingem grupos específicos de usuários;
- O tipo de tarefa: principais, ao comprometerem tarefas importantes ou frequentes; secundários, ao comprometerem tarefas esporádicas ou de menor importância.

Dias (2003) ainda destaca três métodos de avaliação de usabilidade, são eles:

- Métodos de inspeção: também conhecidos como métodos analíticos ou de prognóstico, possuem a característica de não haver participação direta dos usuários do sistema na avaliação;
- Métodos de teste com usuários: caracterizam-se pela participação direta dos usuários do sistema na avaliação. Podem ser prospectivos, como questionários e entrevistas, ou empíricos, ao adotar técnicas de observação ou monitoramento do uso do sistema em situações reais;
- Métodos baseados em modelos: também chamados de métodos de modelagem analítica, têm como objetivo prever a usabilidade de um sistema a partir de modelos ou representações de sua interface e/ou de seus usuários.

Nielsen (1993 *apud* Maculan *et al.* 2009, p. 15) formulou dez metas heurísticas com base em 264 erros comuns que dificultariam o acesso à informação. A partir dessas metas foi criado um *checklist* com as dez principais avaliações sobre usabilidade, são elas:

1. Visibilidade e estado do sistema: o sistema deve informar ao usuário sobre o que está acontecendo, através de *feedback* apropriado, e em tempo razoável.
2. Relacionamento da interface com o mundo real: deve-se usar uma linguagem mais próxima à do usuário, com palavras e conceitos familiares, com informações aparecendo em ordem lógica e natural, sendo coerente com o modelo mental do utente.

3. Controle e liberdade do usuário: relaciona-se com o controle que o usuário sempre deve ter sobre o processamento de suas ações, oferecendo a opção de desfazer e refazer operações, para quando estiver perdido ou em situações inesperadas.
4. Consistência e padrões: falar um único idioma língua, oferecer situações e ações que possuam o mesmo significado, representados pela mesma palavra ou ícone. Contextos e situações similares devem ter tratamento similar, facilitando a identificação pelo usuário.
5. Prevenção de erros: o projeto deve se preocupar em prevenir possíveis erros e corrigi-los, caso ocorram. As ações definitivas como deleções ou solicitações devem vir acompanhadas de mensagens de confirmação.
6. Reconhecimento, em lugar de memorização: evita acionar a memória do usuário o tempo inteiro. As instruções para o uso do sistema devem estar facilmente disponíveis para consulta. É importante que a interface dialogue com o usuário e ofereça ajuda contextual capaz de orientá-lo.
7. Flexibilidade e eficiência de uso: a interface deve ser fácil para usuários leigos, mas também deve permitir ao usuário experiente maior agilidade através de teclas de atalho, por exemplo.
8. Projeto estético minimalista: os textos e o design não precisam falar mais do que os usuários precisam saber, devem ser diretos e naturais. Devem ater-se às características que dificultam a compreensão e leitura, tais como: a legibilidade, a estética e a densidade informacional.
9. Diagnosticar e corrigir erros: o sistema deve oferecer suporte aos usuários no reconhecimento de problemas. As mensagens de erros devem ser claras, indicando precisamente o problema e sugerindo soluções.
10. Informações de ajuda e documentação: a documentação de auxílio ao usuário deve ser fácil de usar e estar sempre disponível para orientar o usuário, em caso de dúvida. Além de ser facilmente acessada, deve oferecer uma ferramenta de busca na ajuda.

Na Ciência da Informação o critério de usabilidade possui um contexto voltado para o usuário e a utilização da informação. Em um estudo realizado sobre usabilidade em biblioteca digital, Pereira (2011, p.34) enfatiza a usabilidade como um campo de pesquisa que busca a necessidade de informação do usuário voltado para o comportamento de busca.

[...] Nesse campo de pesquisa, a usabilidade aparece nos estudos que abordam a necessidade de informação do usuário, nos estudos do comportamento de busca e uso de informação, e na avaliação de sistemas, considerando o usuário como componente essencial no processo de interação. A Ciência da Informação vê a informação como algo construído pelos seres humanos através de processos cognitivos. Procura compreender como as pessoas constroem sentido, focando então no usuário, nas suas situações particulares de uso da informação e no que ocorre antes e depois de suas interações com o sistema. (PEREIRA, 2011 p. 34)

Kafure e Cunha (2006, p. 280) enfatizam a importância da usabilidade para os usuários afirmando que “se a informação existe para servir ao seu público-alvo, seria primordial aumentar cada vez mais a usabilidade das interfaces das ferramentas tecnológicas permitindo que os usuários recuperem a informação de maneira eficaz, eficiente e satisfatória”.

De modo geral, a usabilidade, seja no âmbito da Ciência da Computação ou na Ciência da Informação, priorizam o usuário e a recuperação da informação independente do ambiente de pesquisa. A usabilidade se torna um facilitador de busca do sistema de informação e seus utilizadores. Aplicar os critérios de usabilidade na construção do vocabulário controlado propõe uma interface amigável de forma a acessar e recuperar a informação com rapidez e precisão.

### **3.4 Utilização do Vocabulário Controlado na Percepção do Usuário**

Ao se pensar em ferramentas de representação da informação, o usuário está intrinsecamente ligado à sua construção. O vocabulário controlado é umas das principais atividades de organização da informação, que visa suprir as necessidades dos seus usuários.

Cunha e Cavalcanti (2008) descrevem que o vocabulário controlado é um conjunto de termos que devem ser empregados tanto no momento da indexação como na recuperação, tendo por finalidade coincidir a linguagem do usuário com a do indexador.

Oliveira (2012, p. 24) propõe a adequação dos instrumentos de organização da informação, de acordo com a rotina de busca do usuário, “nesses instrumentos, como o tesouro, há a possibilidade de retomar a consulta de um usuário e tentar medir a adequação do vocabulário por ele utilizado nas rotinas de busca com os vocabulários normalizados de linguagens de documentação”.

Diante das necessidades informacionais do usuário, Silva *et al* (2007, p. 107) descrevem usuário como:

Aquele indivíduo, grupo ou entidade que utiliza os serviços prestados por uma biblioteca, centros de informação, arquivos, entre outras fontes, e deles tiram algum proveito, modificam suas estruturas cognitivas, comportamentos e desenvolvimento pessoal. (SILVA et al, p. 107).

Dias (2004, p. 149) destaca a importância da perspectiva do usuário em contemplar os serviços de informação, “a ideia subjacente é a de que, sabendo-se como o usuário descreve ou identifica o assunto de uma determinada obra, estaríamos nos aproximando de uma forma muito proveitosa de análise da mesma para fins de tratamento e recuperação da informação”.

A colaboração dos estudos de usuário na construção do vocabulário controlado fornece uma base terminológica de pesquisa de acordo com suas necessidades informacionais. Cabe ressaltar que, mesmo em um ambiente especializado há diferentes tipos de usuário, então percebe-se a importância de um estudo no qual a contribuição e participação do usuário sejam frequentes.

Nesse sentido, Lancaster (2004, p.10) afirma que, “quanto mais especializada a clientela de um centro de informação, maior é a probabilidade de que a indexação possa e deva ser feita sob medida, ajustando-se com precisão aos interesses do grupo”.

Segundo a norma NBR nº 12.676, formulada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na qual são listadas as regras para a normalização da atividade de indexação, estabelecendo um método para análise de documentos, não se deve restringir demais a abrangência dos assuntos, tendo em vista que os usuários interessados em uma determinada informação podem apresentar perfis diferentes.

Para Lancaster (1987 apud MORAES; CRISTIANINI, 2008), o processo de coleta de termos com base no usuário da informação é, reconhecidamente, uma das maneiras de compilação e validação da terminologia para a elaboração de linguagens documentárias, e é denominado “garantia do uso comum, endosso do usuário ou consenso”.

Ainda segundo Lancaster (2004, p. 12), “é preciso que os indexadores saibam muito mais do que os princípios da indexação. Devem, em especial, estar inteiramente a par dos interesses da comunidade atendida e das necessidades de informação de seus membros”.

Lancaster (2004) aponta alguns fatores que influenciam a qualidade da indexação, sob perspectivas diferentes. São eles:

- **Fatores ligados ao documento:** neste caso, o conteúdo temático e sua complexidade, a língua e a linguagem, a extensão do documento e sua apresentação e sumarização podem influenciar a indexação;

- **Fatores ligados ao processo:** o tipo de indexação realizada, as regras e instruções para a realização da atividade, o nível de exaustividade exigido para a indexação pode ser determinante também para a qualidade da indexação;
- **Fatores ligados ao vocabulário:** o nível de especificidade e características como ambiguidade e imprecisão apresentadas pela linguagem utilizada para a tradução dos conceitos, assim como sua própria estrutura, podem afetar a atividade de indexação;
- **Fatores ligados ao indexador:** seu nível de conhecimento do assunto coberto pelo documento analisado, conhecimento das necessidades dos usuários, a experiência do indexador e sua concentração no momento do trabalho também são elementos que podem condicionar a qualidade da indexação. É desejável que ele apresente ainda características como imparcialidade, neutralidade e objetividade, como já foi comentado anteriormente;
- **Fatores ligados ao ambiente:** são aqueles que podem influenciar fisicamente o profissional de indexação. A temperatura do ambiente, a iluminação, assim como a presença de barulho pode dificultar a concentração do indexador.

Oliveira e Araujo (2012, p. 10) relatam a falta de literatura na qual o usuário está inserido no desenvolvimento e construção de tesouros.

Embora reconheça-se a importância da garantia do usuário no processo de construção de vocabulários controlados, sobretudo de tesouros, são poucos os casos empíricos ou mesmo relatos de experiências que retratam como os profissionais e pesquisadores da Biblioteconomia e Ciência da Informação têm inserido o usuário nesse processo. (OLIVEIRA; ARAUJO, 2012, p. 10)

Nesse sentido, Caribé e Oliveira (2015 p. 16) destacam a importância da visão do usuário frente ao sistema de informação, “os usuários são fundamentais na construção e manutenção do Tesouro, é com a colaboração destes que se pode avaliar a adequação do vocabulário utilizado, por isso é importante saber suas necessidades e comportamentos a fim de aprimorar o instrumento. ”

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o escopo desta pesquisa, o procedimento metodológico adotado foi uma abordagem qualitativa, o método de coleta de dados será a entrevista estruturada, que permite maior interação do usuário do vocabulário com o entrevistador.

As etapas deste procedimento são descritas a seguir. O objetivo dessa pesquisa é realizar uma avaliação do Vocabulário Controlado do Tribunal de Contas da União sob a perspectiva dos usuários. Trata-se assim, de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório.

Segundo Gil (2007) a pesquisa exploratória busca proporcionar a solução para o problema através de hipóteses e nesse sentido esse tipo de pesquisa envolve:

- (a) Levantamento bibliográfico;
- (b) Entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e
- (c) Análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A pesquisa engloba uma revisão de literatura sobre temas relacionados a tesouros, linguagens documentárias, avaliação de tesouros, critérios de usabilidade, e avaliação e utilização do vocabulário controlado pelos usuários. Ao analisar a literatura, observou-se que o conteúdo sobre avaliação de tesouros e usabilidade de vocabulário é bastante escasso no âmbito da Ciência da Informação.

O usuário se faz necessário em estudos de avaliação de vocabulário controlado, pois suas opiniões e sugestões contribuem para aperfeiçoamento do VCE. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa se torna a mais viável. Richardson (1999, p. 102) destaca que:

O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno. (RICHARDSON, 1999 p.102)

Como já citado anteriormente a pesquisa possui caráter exploratório, e um dos principais instrumentos de coleta de dados é a entrevista. Nesse sentido, Godoy (2005) destaca que ela é um dos métodos mais utilizados na pesquisa qualitativa e parte de um *continuum* que vai desde

entrevistas estruturadas, passando por entrevistas semi-estruturadas até entrevistas não estruturadas.

A chamada entrevista estruturada é usada quando se objetiva a obtenção de resultados uniformes entre os entrevistados, permitindo, assim, uma comparação imediata, podendo-se dar um tratamento estatístico aos dados coletados.

As autoras Rosa e Arnoldi (2006 p. 87) destacam as vantagens do uso da entrevista no desenvolvimento da pesquisa.

- Permite a obtenção de grande riqueza informativa – intensiva, holística e contextualizada – por serem dotadas de um estilo especialmente aberto, já que se utilizam de questionamentos semi-estruturados.
- Proporciona ao entrevistador uma oportunidade de esclarecimentos, junto aos seguimentos momentâneos de perguntas e respostas, possibilitando a inclusão de roteiros não previstos, sendo esse um marco de interação mais direta, personalizada, flexível e espontânea. Cumpre um papel estratégico na previsão de erros, por ser uma técnica flexível, dirigida e econômica que prevê, antecipadamente, os enfoques, as hipóteses e outras orientações úteis para as reais circunstâncias da investigação, de acordo com a demanda do entrevistado, propiciando tempo para a preparação de outros instrumentos técnicos necessários para a realização, a contento, da entrevista.

Para Gil (1999 p.118), as principais limitações da entrevista são:

- a) A falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas que lhe são feitas;
- b) A inadequada compreensão do significado das perguntas;
- c) O fornecimento de respostas falsas, determinadas por razões conscientes ou inconscientes;
- d) Inabilidade, ou mesmo incapacidade, do entrevistado para responder adequadamente, em decorrência de insuficiência vocabular ou de problemas psicológicos;
- e) A influência exercida pelo aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado;
- f) A influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas do entrevistado.

A preparação da entrevista é fundamental, esta pesquisa apresenta um roteiro disponível no **Apêndice A**, que seguiu as instruções proposta por Richardson (1999, p. 216 – 217). São elas:

1. Explicar o objetivo e a natureza do trabalho, dizendo ao entrevistado com foi escolhido.
2. Assegurar o anonimato do entrevistado e o sigilo das respostas.
3. Indicar que ele pode considerar algumas perguntas sem sentido e outras difíceis de responder. Mas que, considerando que algumas perguntas são adequadas a certas pessoas e não o são a outras, solicita-se a colaboração nas respostas. Suas opiniões e experiências são interessantes.
4. O entrevistado deve sentir-se livre para interromper, pedir esclarecimentos e criticar o tipo de perguntas.
5. O entrevistado deve falar algo da sua própria formação, experiência e áreas de interesse.
6. O entrevistador deve solicitar autorização para gravar a entrevista, explicando o motivo da gravação.

Nesta pesquisa a amostra utilizada foi relativamente pequena: 23 entrevistados. Inicialmente, ocorreu um pré-teste realizado com 5 pessoas entre bibliotecários, estagiários de biblioteconomia e auditores da SeinfraOperações e SeinfraElétrica. Sendo que o teste inicial foi para constatar algumas falhas no questionário e obter comentários como a falta de conhecimento sobre o uso do VCE no Tribunal e a sua implementação em toda a plataforma virtual do TCU.

Os bibliotecários e profissionais que trabalham diretamente com o vocabulário foram excluídos da amostra da pesquisa, pois já possuíam treinamento sobre a plataforma e total entendimento sobre a sua importância na gestão da informação, mas os bibliotecários também participaram do teste inicial da entrevista.

Devido à impossibilidade de entrevistar todos os servidores do TCU, foi escolhida a amostragem teórica para esta pesquisa que seguiu o critério em que a percepção do usuário visa contribuir para comprovar a revisão teórica deste estudo. Nessa perspectiva Glaser e Strauss (1967, *apud* FLICK, 2004, 9. 80) faz as seguintes indagações:

A amostragem teórica é o processo de coleta de dados para a geração de teoria por meio da qual o analista coleta, codifica e analisa conjuntamente seus dados, decidindo quais dados coletar a seguir e onde encontrá-los, a fim de desenvolver a sua teoria quando esta surgir. Esse processo de coleta de dados é controlado pela teoria em formação.

Dado ao exposto nesta sessão, a próxima sessão (apresentação e análise dos dados), visa apresentar os resultados obtidos seguindo os critérios e observações dos autores. Os aspectos analisados na metodologia embasam a escolha da amostragem teórica como o procedimento que melhor se adequou a pesquisa.

## **5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

A amostra da pesquisa foi composta de vinte e três respondentes entre os potenciais usuários do Vocabulário de Controle Externo (VCE). A coleta de dados foi realizada através de entrevistas, pois o vocabulário não está disseminado em todas as ferramentas de trabalho do Tribunal e ainda está em fase de testes. Nesse sentido a entrevista permitiu maior interação do usuário com o entrevistador.

A escolha dos participantes para o levantamento de dados foi classificatória, os participantes deveriam ter utilizado o vocabulário direta ou indiretamente. Antes de começar a entrevista os entrevistados eram questionados se já utilizaram os sistemas: Orientar, Biblioteca Digital do TCU, e-Juris e *Wiki* de Controle Externo.

A entrevista foi aplicada a onze auditores das secretarias SeinfraOperações, Diretoria da Informação e de Solução e Diretoria de Gestão do Ambiente Computacional. A uma técnica administrativa e três estagiárias, do Serviço de Administração da SeinfraOperações, três terceirizados da SecobUrban, SeinfraEletrica e Seged, quatro estagiárias de Biblioteconomia, sendo que duas atualizam a *Wiki* da Saúde e de Controle Externo, uma trabalha com a Comunidade TCU-Educação e a outra no setor de processamento técnico da Biblioteca Ministro Ruben Rosa. Por fim foi entrevistado um advogado da Petrobrás que utiliza o e-Juris. O período para realização da entrevista foi do dia 31 de maio a 03 de julho, com marcação prévia por e-mail.

**Quadro 1 – Relação entre os objetivos e as questões da entrevista**

<b>Objetivos</b>	<b>Questões</b>
Identificar os problemas na utilização do VCE;	Considera o aplicativo do VCE um software adequado para pesquisa?
Analisar a usabilidade do vocabulário no âmbito do Tribunal de Contas da União;	O senhor (a) considera importante o Tribunal possuir um Vocabulário Controlado?
Identificar se os termos do vocabulário abrangem todo o conteúdo das Secretarias.	O vocabulário abrange todas as áreas de atuação do Tribunal?
Verificar a utilização do vocabulário pelos usuários.	O senhor (a) considera-se apto para utilizar o VCE?

Fonte: Elaboração própria.

Diante do exposto acima as respostas obtidas apresentam os seguintes resultados:

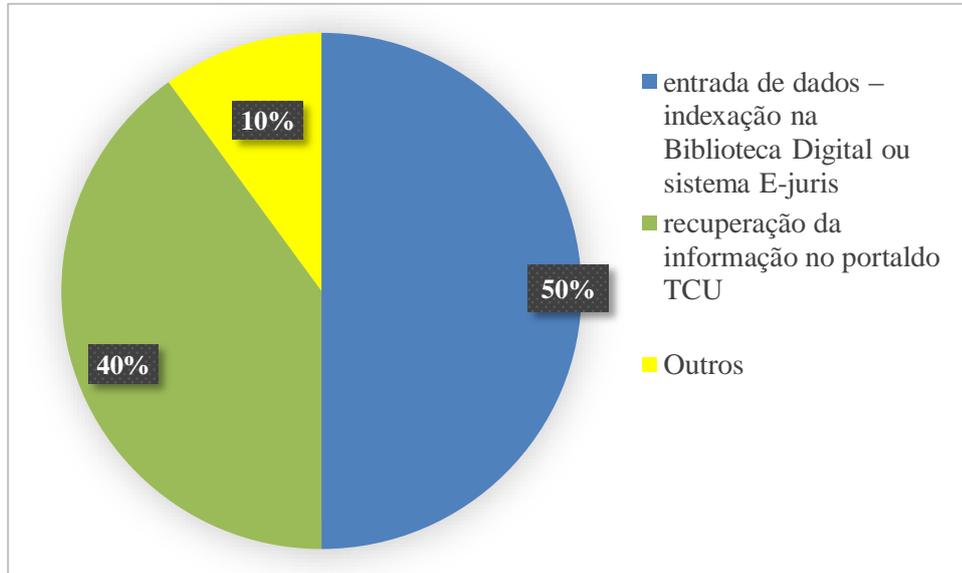
**Pergunta 1: O senhor (a) conhece o Vocabulário de Controle Externo do TCU?**

A pergunta inicial questiona aos entrevistados sobre o conhecimento do VCE, dos 23 entrevistados, 18 conheciam a ferramenta e apenas 5 não a conheciam.

**Pergunta 2: Em caso afirmativo, com qual objetivo o senhor (a) utiliza/utilizou o VCE/TCU?**

O resultado mostrou que a maioria dos entrevistados 50% utiliza o VCE para entrada de dados – indexação na Biblioteca Digital, busca no Sistema E-juris, 40% utilizam na recuperação da informação no portal do TCU. E os outros 10% utilizam o VCE indiretamente nas atividades do Tribunal.

**Gráfico 1 - Objetivo da utilização do VCE**

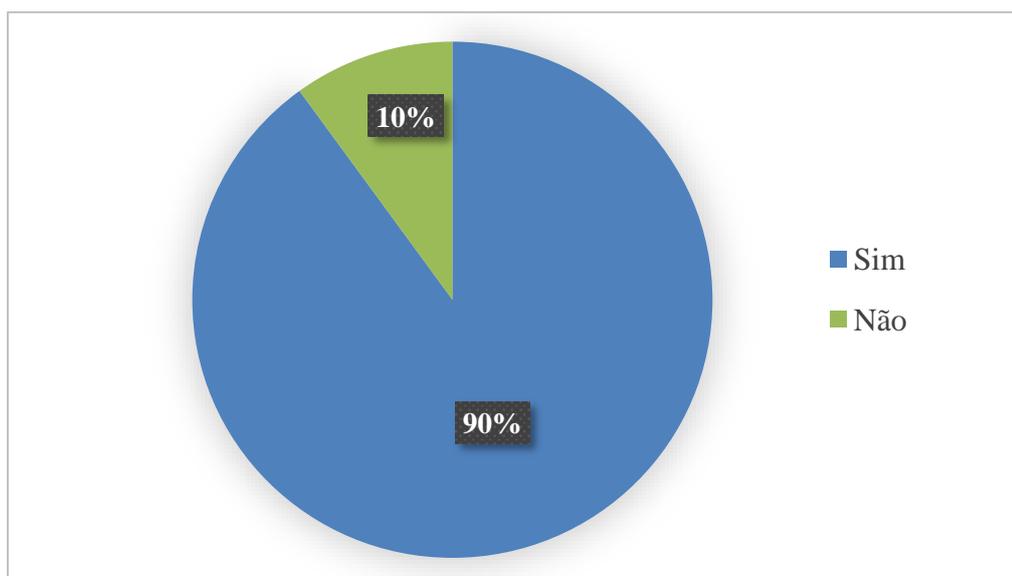


Fonte: Elaboração Própria

**Pergunta 3: O senhor (a) sabe o que é um vocabulário controlado?**

A pergunta questiona o entendimento do entrevistado sobre Vocabulário Controlado. A maioria dos entrevistados 90% responderam que sabiam e apenas 10% desconheciam sobre assunto.

**Gráfico 2 - Definição de Vocabulário Controlado**



Fonte: Elaboração Própria

**Pergunta 4: Em caso afirmativo “sim” descreva o que é um vocabulário controlado?**

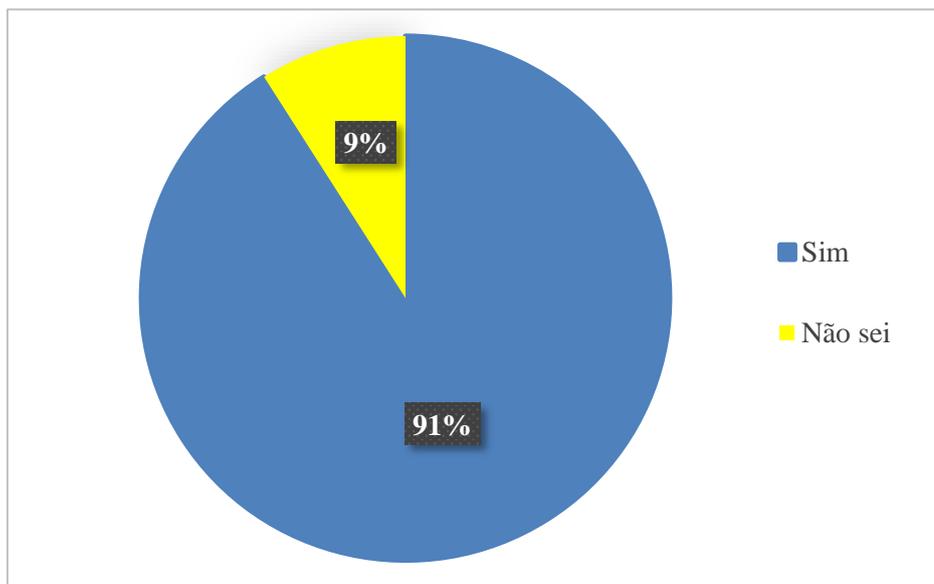
Essa pergunta complementa a anterior e por ser uma questão aberta obteve-se diferentes respostas, não contabilizando os dados obtidos.

Alguns usuários disseram que:

- É um instrumento de controle terminológico que auxilia nos processos de indexação e recuperação de informação.
- O vocabulário controlado serve para manter o domínio sobre termos sinônimos, facilitar a indexação e propiciar melhor recuperação das informações.
- Vocabulário Controlado é uma forma de limitar e controlar os termos utilizados na indexação. Dessa forma evita variações e sinônimos ao se padronizar o uso de apenas uma terminologia para determinado significado.
- É importante salientar que é uma forma inovadora de organizar as informações de controle externo, tendo em vista a vasta quantidade de vocábulos utilizados para esse fim, e também, é uma maneira de dar precisão e relevância aos textos produzidos pelo TCU, pois essa padronização facilita até mesmo o entendimento da sociedade sobre o trabalho do TCU.

**Pergunta 5: O senhor (a) considera importante o Tribunal possuir um Vocabulário Controlado?**

Nesta questão os entrevistados tinham três opções de escolha, sim, não e não sei. A maioria 91%, afirmaram que sim, 9% não sabiam e nenhum respondente escolheu a alternativa “não”. O objetivo da questão era identificar se realmente os usuários entendiam sobre as vantagens de o Tribunal possuir um vocabulário controlado.

**Gráfico 3 - A importância do VCE para o Tribunal**

Fonte: Elaboração Própria

### 5.1. Por que?

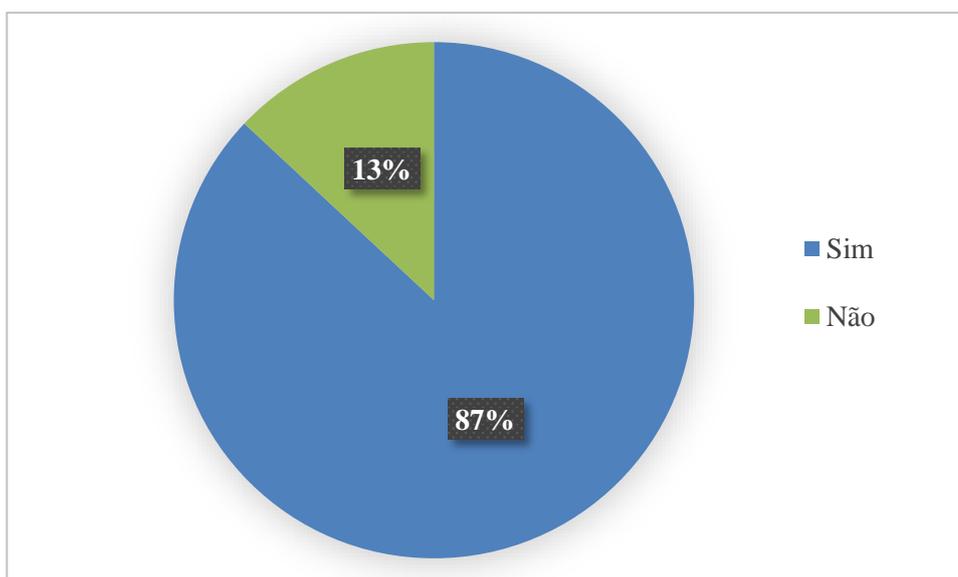
Essa pergunta contemplava a resposta da questão anterior, por ser uma pergunta aberta os dados obtidos não serviram como qualificadores para a pesquisa. A pergunta aborda, na visão dos usuários, a importância do VCE para o Tribunal. A maioria das respostas obtidas destaca a importância do VCE na padronização dos documentos e na recuperação nos sistemas corporativos, abaixo algumas considerações expostas pelos usuários.

- Um vocabulário controlado iria auxiliar na padronização da terminologia utilizada nos vários sistemas do TCU, sendo possível interligá-los e tornar mais eficiente os trabalhos realizados pelos servidores. Além disso, a utilização do VCE na Biblioteca Digital facilitaria a recuperação de informações relevantes para o trabalho dos Auditores.
- Para não haver uma futura desorganização nos metadados do Tribunal e possível perda de documentos devido à falta de padronização nos termos.
- Auxílio importante para definir o conjunto recomendado da terminologia específica para uma área de conhecimento. Facilitador na comunicação profissional e na indexação quando da recuperação de conhecimento.
- Com um vocabulário construído dentro da própria instituição, os termos inseridos estão totalmente voltados às necessidades dos colaboradores do TCU.

#### 6. Se houver algum treinamento para o uso do VCE, o senhor (a) gostaria de participar?

O VCE é uma ferramenta em construção e expansão no TCU. Nesse sentido ocorreram apenas algumas palestras para conhecimento do vocabulário. Ao ser implementado em todos os sistemas do TCU, o vocabulário teria uma expansão maior a todos os funcionários da instituição. A pergunta aborda o interesse dos entrevistados em participar de um futuro treinamento, o resultado mostrou que 90% dos entrevistados participariam de um treinamento para uso do VCE e apenas 10% não participariam.

**Gráfico 4 - Participação em treinamento para uso do VCE**

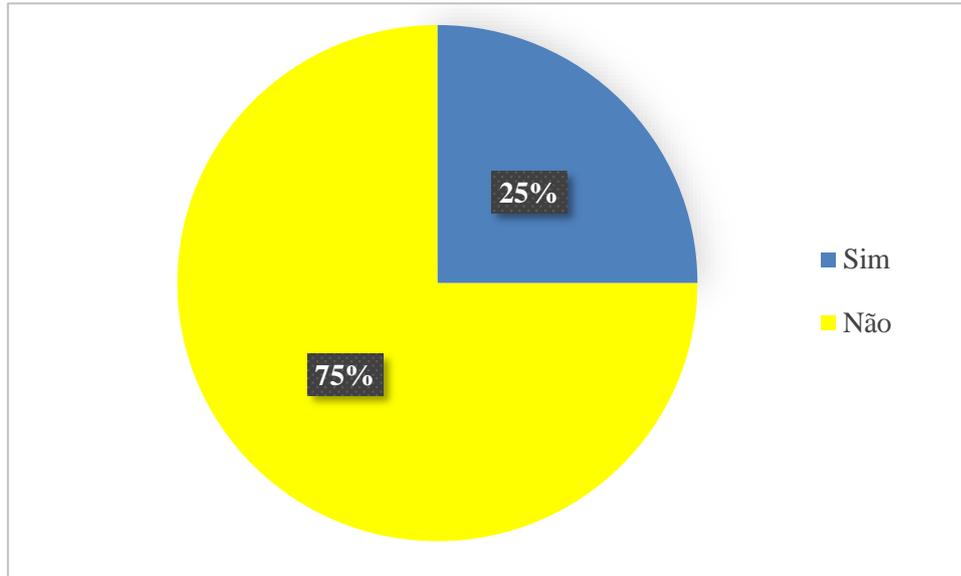


Fonte: Elaboração Própria

#### 7. O VCE foi divulgado em matérias no Informativo *União*. Esse recurso foi suficiente para auxiliar no uso do instrumento?

Nesta pergunta os usuários foram questionados sobre a divulgação do VCE nos mecanismos de informação do Tribunal. O resultado mostrou que 25 % dos entrevistados acharam suficientes as divulgações do vocabulário. E a maioria 75 % acharam insuficientes as divulgações no Informativo *União*.

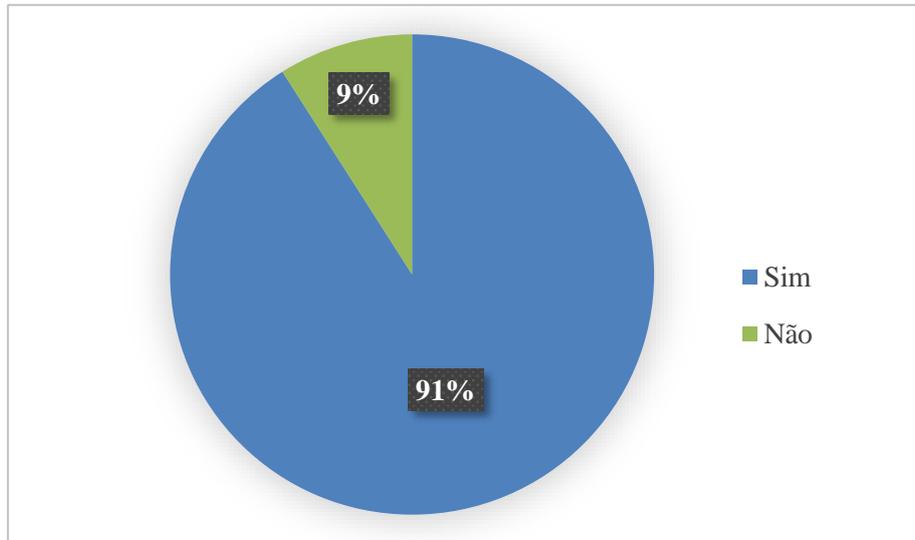
Considerando que o VCE está implementado em quatro sistemas corporativos, as respostas mostram que falta uma divulgação da ferramenta para os funcionários.

**Gráfico 5 - Divulgação do VCE**

Fonte: Elaboração Própria

**8. Em relação às definições dos termos, eles oferecem as informações de forma clara?**

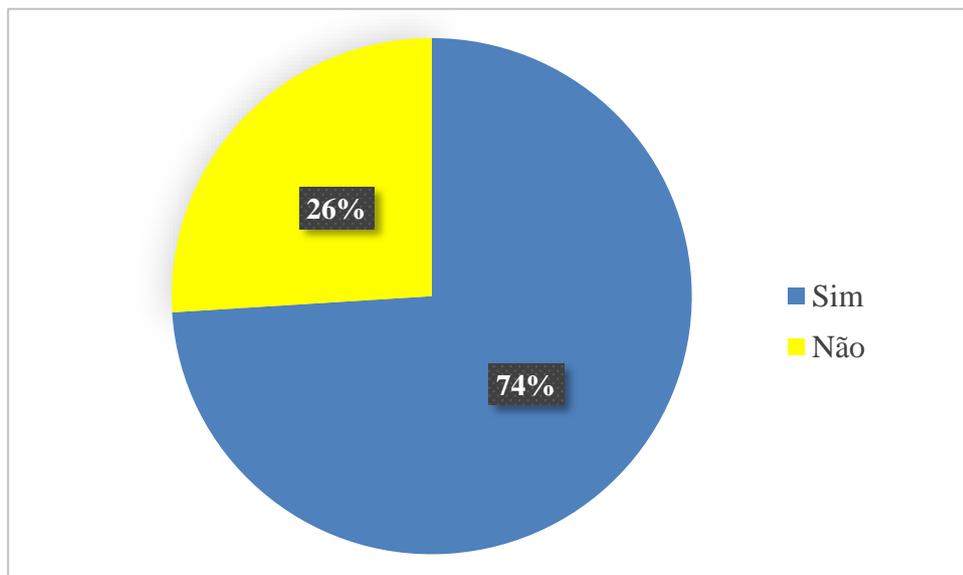
Diferente de um Tesouro tradicional, o VCE apresenta além do termo e seus relacionamentos, uma definição. O VCE em sua estrutura busca fontes oficiais para o significado dos termos. A proposta da questão é justamente avaliar a qualidade das fontes oficiais e em sua maioria 91% dos entrevistados afirmaram que sim e apenas 9% que não.

**Gráfico 6 - Definições dos termos do VCE**

Fonte: Elaboração Própria

### 9. O senhor (a) considera-se apto para utilizar o VCE?

Ao serem questionados se estão aptos a utilizar o VCE, 74% dos entrevistados responderam que sim, enquanto 26% responderam negativamente. O resultado apresentado mostra um déficit de treinamento com a plataforma, considerando que todos utilizaram o VCE em suas atividades diárias.

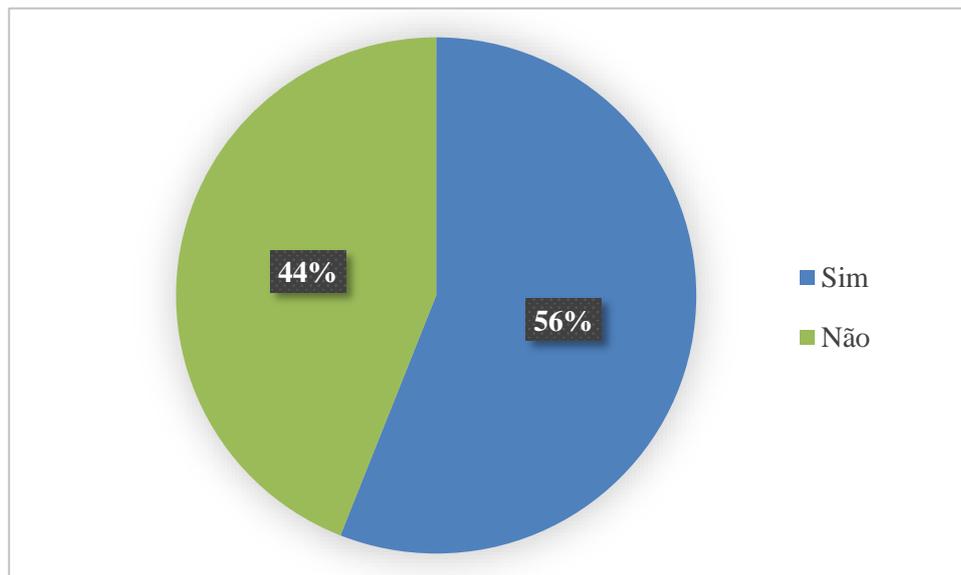
**Gráfico 7 - Aptidão na utilização do VCE**

Fonte: Elaboração própria

## 10. O vocabulário abrange todas as áreas de atuação do Tribunal

Os entrevistados que foram questionados consideram que o VCE aborda termos de todas as áreas do Tribunal, 56 % afirmaram que os termos utilizados nas secretarias estão descritos no vocabulário, enquanto 44% afirmaram que não. Dos 44% que responderam não, afirmaram que alguns termos utilizados na SeinfraOperações e SeinfraPetróleo são específicos das áreas de atuação da secretaria. Ao serem questionados para sugerirem novos termos afirmaram que a falta de tempo os impedia de realizar essa atividade.

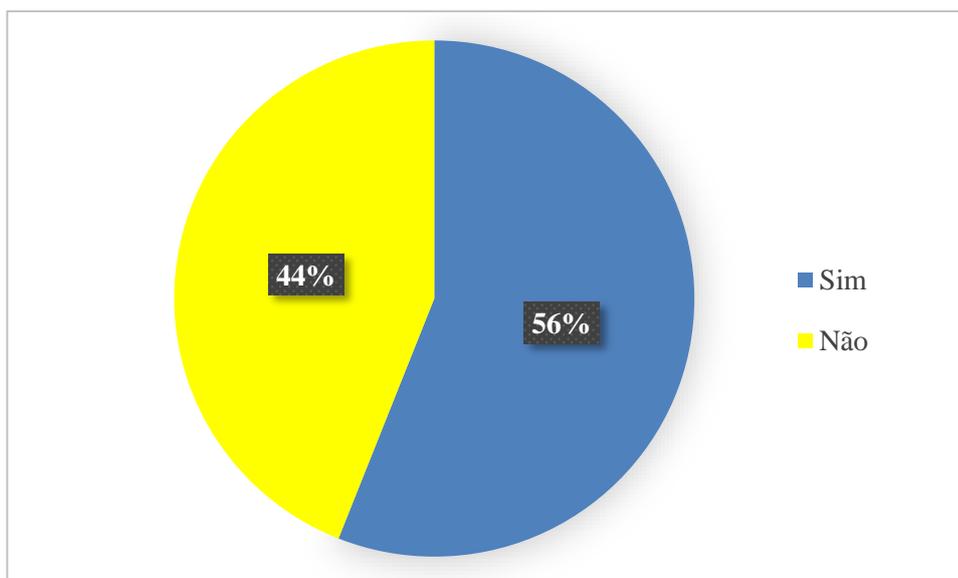
**Gráfico 8 - Abrangência do vocabulário de acordo com as áreas do Tribunal**



Fonte: Elaboração própria

## 11. O senhor (a) sabe que pode sugerir novos termos/palavras-chave para o VCE?

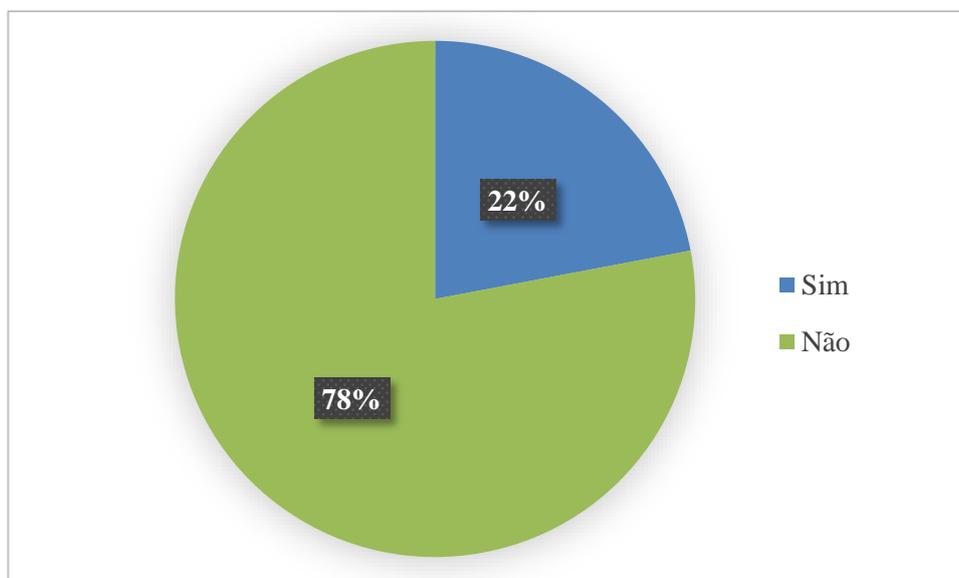
Quando questionados sobre sugerir novos termos, os resultados foram idênticos ao da questão dez, 56% afirmaram que sim e 44% que não. Alguns fatores influenciaram nesses resultados, como por exemplo, as auditorias externas, alguns auditores da SeinfraOperações e SeinfraPetróleo realizam trabalhos fora do Tribunal.

**Gráfico 9 - Sugestão de termos para o VCE**

Fonte: Elaboração própria

## **12. Já experimentou sugerir novos termos?**

Quando questionados sobre sugerir novos termos para o VCE, apenas 22% afirmaram que já sugeriram novos termos. A maioria, 78%, nunca sugeriu novos termos. O objetivo da questão é demonstrar como a ferramenta é pouco explorada pelos usuários, ao afirmarem que o VCE não abrange todas as áreas do Tribunal, porém não sugerem novos termos para o vocabulário, ou seja, não contribuem para o seu aperfeiçoamento.

**Gráfico 10 - Sugestão de novos termos**

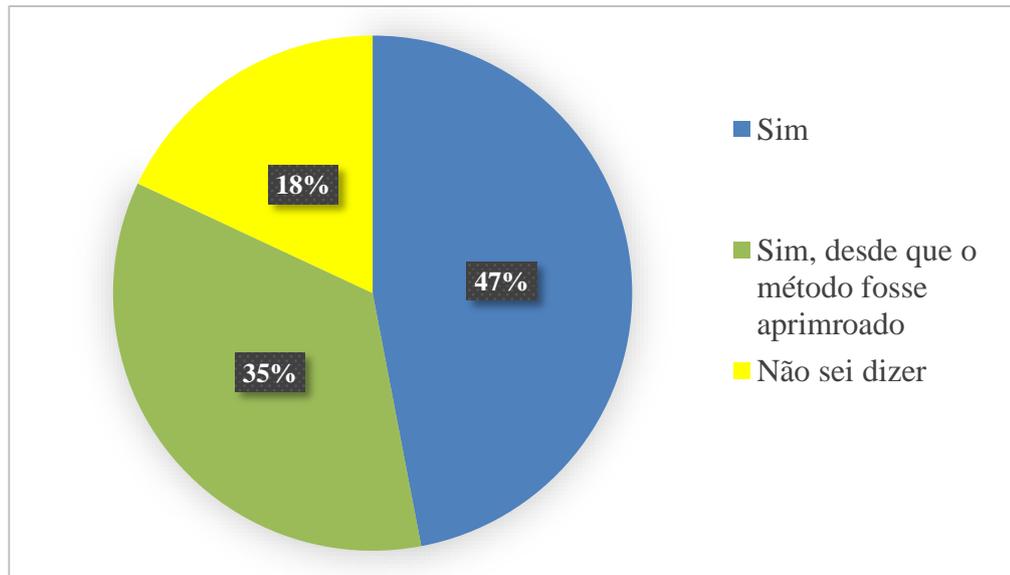
Fonte: Elaboração própria

**13. Atualmente o VCE auxilia na pesquisa realizada nos sistemas *E-juris*, *Biblioteca Digital do TCU* e *Orientar*. O Senhor (a) considera válida uma expansão desse sistema para auxiliar a indexação de processos cadastrados no e-TCU?**

O sistema e-TCU é o canal de acesso a serviços eletrônicos por meio do Portal do Tribunal de Contas da União na internet. O sistema de solicitação de serviços em meio eletrônico contribui para a racionalização das atividades desenvolvidas pelas unidades do Tribunal e facilita o acesso da sociedade aos serviços prestados por esta Corte.

Em sua maioria todas as unidades do Tribunal utilizam o e-TCU. Nesse sentido, a pergunta foi relacionada a expansão do VCE para a indexação dos processos cadastrados no portal, que facilita sua busca e recuperação na plataforma digital. Dos entrevistados, 47% afirmaram que sim, consideram válida a expansão do VCE para o sistema e-TCU, 35% afirmaram que sim, desde que o método fosse aprimorado e 18% não souberam responder. As demais opções: não, mas talvez outro método e não, nenhum método, não obtiveram resposta.

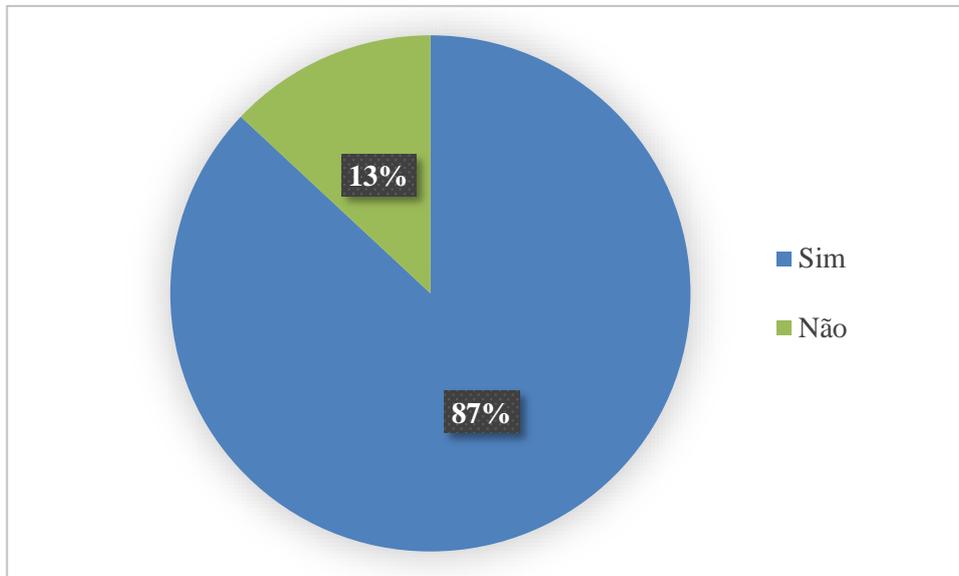
**Gráfico 11 - Expansão do VCE para o sistema e-TCU**



Fonte: Elaboração própria

#### **14. Considera o aplicativo do VCE adequado para pesquisa?**

Ao serem questionados sobre a pesquisa no aplicativo do VCE, 87% dos entrevistados afirmaram que consideram o aplicativo adequado, 13% não consideram adequado. Os que não consideram adequado argumentaram que falta integração do VCE e nunca utilizaram diretamente o aplicativo no portal do TCU.

**Gráfico 12 - Aplicativo de pesquisa é adequado**

Fonte: Elaboração própria

### **15. O Senhor (a) sugere alguma melhoria para o VCE?**

A última pergunta da entrevista foi uma pergunta aberta na qual foi solicitado aos usuários sua contribuição para aperfeiçoar o VCE e seu uso nos sistemas corporativos do Tribunal. Nessa questão foram dadas muitas sugestões de aperfeiçoamento, não sendo quantificadas por porcentagem na amostra. Alguns usuários sugeriram que:

- O VCE precisa ser mais divulgado no Tribunal;
- O VCE necessita de uma ampliação de termos para englobar todas as secretarias do TCU;
- Um usuário destacou que a plataforma não recupera itens sem acento, como o exemplo “relatório” não é recuperado no aplicativo, já relatório é recuperado;
- A exclusão das definições e recuperação com qualquer parte digitada dos termos.
- Outros entrevistados não sugeriram melhorias, e alguns afirmaram não conhecer suficiente o vocabulário para opinar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal atribuição dos vocabulários controlados é proporcionar a descrição de conteúdo de um documento facilitando sua recuperação na pesquisa feita pelo usuário. O Vocabulário de Controle Externo (VCE) possui o objetivo de otimizar a gestão da informação no Tribunal de Contas da União, padronizar o tratamento de informações especializadas, bem como conferir maior agilidade e precisão na recuperação dos conteúdos presentes nos sistemas informacionais do TCU.

O objetivo deste estudo foi avaliar o Vocabulário Controlado do Tribunal de Contas da União sob a perspectiva dos usuários. A pesquisa teve um embasamento teórico e prático, diante dos conceitos levantados na revisão de literatura e aplicados na coleta de dados realizada por meio de entrevista.

De acordo com a proposta do objetivo geral e objetivos específicos e com a análise das respostas concluiu-se que o Vocabulário de Controle Externo não está completamente disseminado no Tribunal, o que impede maior conhecimento e aproveitamento pelos seus potenciais usuários. O resultado era esperado dado que o VCE está integrado a poucos sistemas corporativos.

O Centro de Documentação (CEDOC) está ampliando a ferramenta. Sendo assim, observou-se nos resultados da entrevista que a maioria dos usuários só utilizam o vocabulário para realizar entrada de dados nos sistemas corporativos do TCU.

Diante dessas observações ficou nítido como a falta de treinamento impede a interação do usuário com o vocabulário. A capacitação desse usuário permitiria um maior entendimento sobre a importância do Tribunal de possuir um Vocabulário Controlado, otimizando assim todos os seus recursos disponíveis.

A entrevista foi realizada em diferentes secretarias do Tribunal, onde são realizadas diversas auditorias e nesse sentido procurou-se uma ferramenta de uso comum a elas, o sistema E-TCU. O sistema é o canal de acesso a serviços eletrônicos por meio do Portal do Tribunal de Contas da União na internet. A implementação do VCE no campo assunto desse sistema permitiria uma padronização na indexação dos processos eletrônicos. Em sua maioria os entrevistados consideraram válida a junção desses dois programas, pois facilitaria a recuperação dos processos no portal.

Outro fator analisado na pesquisa foi se o VCE abrange todas as áreas de atuação do Tribunal. Alguns usuários afirmaram que o vocabulário contempla a maioria dos termos

utilizados e também houve os que disseram que não. Nesse caso a entrevista questionou porque os usuários não experimentam sugerir novos termos, e em sua maioria os usuários não sugerem novos termos, pois acabam recorrendo a outras plataformas para procurar significados ou sinônimos.

Com relação ao aplicativo do VCE, a maioria dos entrevistados considerou a plataforma adequada, uma pequena parcela de 13% não considerou o aplicativo adequado, pois nunca utilizou o VCE diretamente. Há vários fatores que contribuíram para as respostas negativas, como por exemplo, a falta de divulgação e treinamento para o uso do vocabulário que acabou acarretando um desinteresse dos usuários.

O resultado final da entrevista apresentou uma consistência nas respostas negativas, que oscilam entre 9% e 13%. Apenas na pergunta sobre a divulgação do VCE obteve um resultado discrepante das demais com 75% que não acharam suficiente a sua divulgação no Tribunal.

Foi consistente que o principal critério adotado pelos usuários para não utilizarem o VCE foi a falta de divulgação, voltado especificamente para cada secretaria, o que seria inviável pois a equipe responsável pelo VCE é pequena, com apenas 5 servidores e 1 estagiário e tem, além do VCE, outras atribuições. Considerando que o TCU possui uma Secretaria de Comunicação - SECOM que é voltada para as diversas divulgações do Tribunal, poderiam ser feitas outras atividades de divulgação do VCE.

A avaliação do vocabulário controlado faz parte da etapa de construção e possibilita ao usuário dispor da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca. Por isso, destacam-se as vantagens da avaliação:

- Evita a inserção de termos já existentes;
- Os termos selecionados estão de acordo com os utilizados pelos usuários; e
- Se o aplicativo utilizado abrange as necessidades dos usuários.

Como se pode observar na literatura, alguns princípios auxiliam na construção e atualização do vocabulário controlado, os usuários são fundamentais para nortear a busca por termos que irão fazer parte do vocabulário, por isso suas necessidades informacionais são importantes para o bibliotecário.

O Vocabulário de Controle Externo pode e deve ser utilizado como um instrumento de grande importância para a padronização e recuperação da informação no Tribunal, o VCE permite uma recuperação mais precisa voltada a satisfazer as necessidades informacionais do usuário.

O TCU é uma instituição pública que produz e acessa uma grande quantidade de informação diariamente, os seus usuários internos e externos buscam recuperar a informação rápida e sem revocação. O VCE ao ser disseminado em todas as ferramentas de trabalho do Tribunal visa tornar disponível todas as vantagens de um órgão que possui um vocabulário controlado. Mesmo com as dificuldades de se implementar e “vender” essa ferramenta no Tribunal a sua expansão será significativa para a gestão da informação nesta Corte.

Diante dos resultados da análise das entrevistas acredita-se que este estudo constitui-se em uma contribuição para o aperfeiçoamento do VCE visto que o mesmo ainda está em construção, ao apresentar uma perspectiva do usuário que procura a qualidade dos instrumentos de tratamento e recuperação da informação.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação: NBR 12676, agosto de 1992. Rio de Janeiro: ABNT, 1992. 4 p.
- ANSI/NISO Z 39.19: 2005. *Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*. Bethesda: NISO Press, 2005. 172 p. Disponível em: <[http://www.niso.org/apps/group\\_public/project/details.php?project\\_id=46](http://www.niso.org/apps/group_public/project/details.php?project_id=46)>. Acesso em: 25 jan. 2016
- ALVARES, Lillian. **Tesouro**. Disponível em: <<http://www.alvarestech.com/lillian/Analise/Modulo3/Aula31Tesauros.pdf>>. Acesso: 27 jan. 2016.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Portaria – ISC** n. 5, de 4 de março de 2013. Brasília, p 4.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Portaria – TCU** n. 216, de 24 de novembro de 2005. Brasília, p 11.
- BRASIL, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Breve Histórico**. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/institucional/conheca-o-tcu/historia/historia.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- BRASIL, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Biblioteca Ministro Ruben Rosa**. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/biblioteca-ministro-ruben-rosa/sobre-a-biblioteca/historico.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- BRASIL, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Educação corporativa**. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/educacao-corporativa/o-instituto/>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- BRASIL, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **O Vocabulário de Controle Externo**. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/vocabulario-de-controle-externo/vce.htm>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- BRASIL. **Lei n 8,443, de 16 de julho de 1992**. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Brasília.
- BOCCATO, Vera Regina Casari ; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. **Estudos de avaliação quantitativa e qualitativa de linguagens documentárias: uma síntese bibliográfica**. Belo Horizonte: Perspectivas em Ciência da Informação, v.11, n.2, p.267-281, 2006.
- BOCCATO, Vera Regina Casari ; GRACIOSO, Luciana de Souza. **Estudos de Linguagem em Ciência da Informação**. Campinas, SP: Alínea, 2011.
- CAMPOS, Maria Luíza de Almeida. **Critérios para avaliação de tesouro documentário**. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/tesouro/index.htm>>. Acesso em 26 jan. 2016.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale ; OLIVEIRA, Evelaine santos de. **Avaliação do Tesauro do Tribunal de Contas do Distrito Federal a partir dos Usuários**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Disponível em: <[http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/4149/pdf\\_87](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/4149/pdf_87)>. Acesso: 4 abr. 2016.

CINTRA, Anna Maria Marques. **Linguagem documentária e terminologia**. 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**. Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DIAS, E. W. **Análise de assunto**: percepção do usuário quanto ao conteúdo de documentos. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p.146-157, jul./dez. 2004.

DIAS, Cláudia. **Usabilidade na web**: criando portais mais acessíveis. Rio de Janeiro: Alra books, 2003.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2002.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL URDICIAIN, Blanca. *Evaluación semántica y estructural de tesauros*. **Revista General de Información y Documentación**, v. 8, n. 2, 1998.

GIL URDICIAIN, Blanca. **Manual de lenguajes documentales**. Gijón: TREA, 2004. 280p.

GUIA DE SOFTWARE. Disponível em: <<http://glima.eci.ufmg.br/guiasoftware/pages/vocabule1rio-controlado/multites.php>>. Acesso: 26 jan. 2016.

GODOY, A. S. **Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa**. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 3, n. 2, p. 81-89, mai./ago. 2005.

INOVATCU. **Comunidade de prática temática**. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/innovatcu/eventos/workshop-comunidades-de-pratica-tematicas.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

INOVATCU. **ISC, Segecex e STI promovem Workshop Comunidades de Prática Temáticas**. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/innovatcu/noticias/isc-segecex-e-sti-promovem-workshop-comunidades-de-pratica-tematicas.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA. *Workshop Comunidade de Prática Temática*, 2015. 109 slides, colo. Salvo em PDF.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Diretrizes para Elaboração de Tesouros Monolíngues**. Brasília, 1984.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARTIZATION (ISO).ISO – 9241.**Ergonomic requeriments for office work with visual display terminals**. Genève, 1998.

KAFURE, I.; CUNHA, M. B. Usabilidade de ferramentas tecnológicas para acesso à informação. **Revista ABC**, Florianópolis, v. 11, p.273-282, 2006.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LANCASTER, F. Wilfrid. **Vocabulary control for information retrieval**.2.ed. Arlington: Information Resources. 270 p.

LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de Serviços de Bibliotecas**. Brasília, DF: Briquetde Lemos / Livros, 2004. 269 p.

LARA, M. L. G. de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v.16, n. 3, p. 233, set./dez. 2004.

LOREZON, Emilena Josimari. **Análise de domínio para avaliação de tesouros: uma experiência com a cadeia produtiva do calçado no Brasil**. 2011. 108f.: Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista, 2011.

MACULAN, Benildes C. M. S.dos , et al. **Taxonomia, folksonomia, acessibilidade e usabilidade**: proposta de interseção na área de organização do conhecimento, com foco na recuperação de informação. Londrina. 2009. 29 p.

MAGALHÃES, Rosângela Alves da Silva. **Leitura documentária na biblioteca central da UFPB**: perspectiva do bibliotecário. João Pessoa, 2009, 51f.

MONREAL, Concha Soler; LEIVA, Isidoro Gil.

**Evaluationofcontrolledvocabulariesbyinter-indexerconsistency**. Disponível em: <<http://www.informationr.net/ir/16-4/paper502.html>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

MORAES, J. S.1; CRISTIANINI, G. M. S. **TERMINOLOGIADE MATEMÁTICA**: revisão da área para o Vocabulário Controlado da USP. Disponível em:<[www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3271.pdf](http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3271.pdf)>. Acessoem: 6 abr 2016.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; ARAUJO, Ronaldo Ferreira de. Construção de linguagens documentárias em sistemas de recuperação da informação: a importância da garantia do usuário . **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. 34, p.17-30, maio./ago. 2012.

OWENS, Leslie Ann; COCHRANE, Atherton Pauline. Thesaurus Evaluation. In: ROE, Sandra k.; THOMAS, Alan R. **The thesaurus: review, renaissance, and revision**. Local: Editora, 2004. p. 87-96.

PEREIRA, Fernanda. **Avaliação de usabilidade em bibliotecas digitais [manuscrito]**: um estudo de caso. 2011. 122f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

SILVA, A. C. P. da. et al. **Déficit Informacional: obstáculos no uso de canais (in)formacionais por docente do programa de pós-graduação em economia - Ppge/Ufpb**. **Informação & Sociedade: Estudos.**, João Pessoa, v.17, n.3, p.107-117, set./dez. 2007

SOUSA, Mônica Patrícia de. **A temática “avaliação” no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil: um estudo cientométrico**. 2013. 66f.: Monografia (Graduação). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, 2012.

SALES, Rodrigo de. **SUPORTES TEÓRICOS PARA PENSAR LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.5, n. 1, p 95-114, jul/dez. 2007– ISSN: 1678-765X

VECHIATO, Fernando Luiz; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. **Recomendações de Usabilidade e de Acessibilidade de Projetos de Ambientes Informacionais Digitais para Idosos**. p. 23. 2012.

# APÊNDICE

## **APÊNDICE A– Roteiro de Entrevista**

Esta entrevista, de caráter exploratório, é realizada pela estudante de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UnB), Sabrina Alves, lotada na SeinfraOperações, sala 113, Anexo II. Está direcionada aos usuários potenciais do Vocabulário de Controle Externo (VCE/TCU) que trabalham no Tribunal de Contas da União.

A entrevista faz parte da análise dos dados que será apresentada em Monografia como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Antecipadamente, agradeço a colaboração e participação de todos.

### **Avaliação do Uso do Vocabulário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União na Perspectiva dos Usuários**

1. O senhor (a) conhece (ou tem conhecimento sobre) o Vocabulário de Controle Externo do TCU?  
 Sim                       Não
  
2. Em caso afirmativo, com qual objetivo o senhor (a) utiliza/utilizou o VCE/TCU?  
 entrada de dados – indexação na Biblioteca Digital ou sistema E-juris  
 recuperação da informação no portal do TCU  
 outros
  
3. O senhor (a) sabe o que é ou para que serve um vocabulário controlado?  
 Sim                       Não
  
4. Em caso afirmativo explique em poucas palavras o que pensa sobre o assunto.
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
5. O senhor (a) considera importante o Tribunal possuir um Vocabulário Controlado?  
 Sim                       Não  Não sei

5.1 Por quê?

6. Se houver algum treinamento para o uso do VCE, o senhor (a) gostaria de participar?  
 Sim  Não
7. O VCE foi divulgado em matérias no Informativo União. Esse recurso foi suficiente para auxiliar no uso do instrumento?  
 Sim  Não
8. Em relação as definições dos termos, eles oferecem as informações de forma clara?  
 Sim  Não
9. O senhor (a) considera-se apto para utilizar o VCE?  
 Sim  Não
10. O vocabulário abrange todas as áreas de atuação do Tribunal?  
 Sim  Não
11. O senhor (a) sabe que pode sugerir novos termos/palavras-chave para o VCE?  
 Sim  Não
12. Já experimentou sugerir novos termos?  
 Sim  Não
13. Atualmente o VCE auxilia na pesquisa realizada nos sistemas E-juris, Biblioteca Digital do TCU e Orientar. O Senhor (a) considera válida uma expansão desse sistema para auxiliar a indexação de processos cadastrados no e-TCU?  
 Sim.  
 Sim, desde que o método fosse aprimorado.  
 Não, mas talvez outro método.  
 Não, método nenhum.  
 Não sei dizer.

**14.** Considera o aplicativo do VCE um software adequado para pesquisa?

Sim

Não

**15.** O Senhor (a) sugere alguma melhoria para o VCE?

# **ANEXO**

**ANEXO A** –União N° 187 com a manchete “VCE: ferramenta padroniza e organiza informações especializadas sobre o controle”.



Secretaria de Comunicação  
Fone (61) 3316 7210  
uniao@tcu.gov.br

ANO XXX • N° 187 • TERÇA-FEIRA, 20/10/2015

## VCE: ferramenta padroniza e organiza informações especializadas sobre o controle

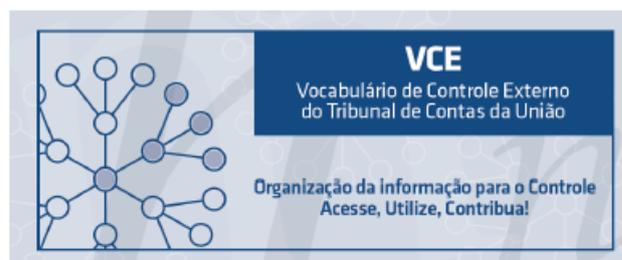
O presidente do TCU, ministro Aroldo Cedraz, apresentou o Vocabulário de Controle Externo do TCU (VCE), em sessão plenária realizada no dia 2 de julho. Elaborado pelo Centro de Documentação (Cedoc), do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), o VCE é uma ferramenta para padronizar e organizar as informações especializadas sobre o controle.

Bem além de um dicionário de termos, o VCE é um tesouro, instrumento da ciência da informação para ordenar e uniformizar terminologias, deixando mais rápido e preciso o intercâmbio de informações entre sistemas e bases de dados.

Construído a partir do Tesouro do TCU (Tecon), voltado apenas à informação jurisprudencial, o VCE teve escopo ampliado e apresenta, além dos verbetes simples, um rol de informações coletadas junto a fontes oficiais. São definições de conceitos, sinônimas, contextualização de termos, normativos e conceitos relacionados. Ao longo de quatro anos, cerca de 13.000 descritores tem sido estudados.

Disponível para consulta no portal, o VCE, além das palavras-chave, relativas às áreas de atuação do TCU, contém a clientela do tribunal e as entidades fiscalizadoras superiores (EFS), associadas à Intosai e traz informações como histórico, nomes alternativos, CNPJ e instituições afins. O VCE ainda contempla a toponímia nacional formada pelas regiões, mesorregiões, unidades da Federação e municípios brasileiros.

Importante ferramenta de uso colaborativo, tem sido considerado um embrião para a elaboração de um vocabulário único aos tribunais de contas do Brasil, o Tesouro de Contas



Nacional. Trata-se de inovação na área do controle, pois não existe terminologia comum aos órgãos desta área de atuação.

Já está incorporado à wiki de controle externo, à nova plataforma de Biblioteca Digital e ao sistema Orientar. Em breve, também estará integrado aos sistemas de Jurisprudência e busca do portal do TCU. O VCE pode ser utilizado em dois momentos: para descrever o conteúdo de um documento por meio de palavras-chave e para pesquisar informação com termos exatos e resultados precisos.

Como a linguagem natural, o VCE é dinâmico e está em contínua evolução. Faz-se necessária sua atualização e revisão constantes, assim, a colaboração dos seus usuários é fundamental para que essa base de conhecimento para o controle mantenha-se efetiva. Periodicamente, serão divulgadas notas explicativas sobre a ferramenta.

Conheça o VCE. Acesse a [página](#) no portal do TCU, consulte a [publicação digital](#) e o [aplicativo](#). A estrutura dos verbetes também pode ser vista na [wiki](#) de controle externo. Críticas e sugestões: [gco@tcu.gov.br](mailto:gco@tcu.gov.br).

## ANEXO B – União N° 40 Vocabulário de Controle Externo (VCE): toponímia nacional incorporada

### CEDOC

## Vocabulário de Controle Externo (VCE): toponímia nacional incorporada

O Vocabulário de Controle Externo do TCU (VCE) que vem sendo construído desde 2012, pelo Cedoc, inclui agora toda a toponímia nacional. São 5.772 novos termos distribuídos nas categorias regiões, mesorregiões, unidades da Federação e municípios brasileiros.

Os dados foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mantém o Banco de Nomes Geográficos do Brasil (BNGB), usado nos esforços de padronização do Sistema Cartográfico Nacional e no fortalecimento da Rede Nacional de Toponímia.

Padronizar um topônimo (do grego *topos* = lugar + *ônimo* = nome) significa propiciar aos usuários meios de conhecer as denominações dos lugares, em uma grafia oficial; poupar tempo; facilitar a comunicação entre sistemas e viabilizar buscas mais precisas. O Brasil divide-se politicamente em cinco grandes regiões e geograficamente em 137 mesorregiões, que são conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma unidade da Federação. Veja alguns exemplos na tabela ao lado.

O VCE é uma ferramenta de controle terminológico em permanente construção e aprimoramento. Seu objetivo é facilitar o compartilhamento de informações de interesse do corpo técnico e contribuir para a gestão do conhecimento no TCU. A publicação oficial está prevista para o final de abril deste ano. Sugestões são bem-vindas. [Faça conosco](#).

Unidades da Federação (e seus municípios)
<p>SÃO PAULO (Estado) UP: SP MUN: Adamantina MUN: Adolfo MUN: Aguai</p>
Regiões (e as mesorregiões que as compõem)
<p>SUDESTE MESO: ARAÇATUBA (Mesorregião) MESO: ARARAQUARA (Mesorregião) MESO: ASSIS (Mesorregião)</p>
Municípios com nomenclatura idêntica
<p>Água Branca (PI) Água Branca (PB) Água Branca (AL) Santa Helena (SC) Santa Helena (MA) Santa Helena (PR) Santa Helena (PB)</p>

## ANEXO C – União Nº 192 Você sabe o que é um Tesouro?

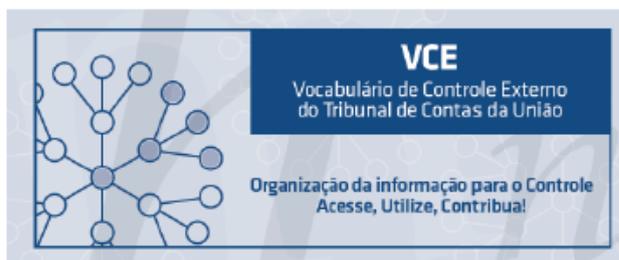
ISC

### Você sabe o que é um Tesouro?

O Vocabulário de Controle Externo do TCU (VCE) é um Tesouro. A palavra tem origem no termo latino *thesaurus*, que significa tesouro. Sua primeira utilização não é consenso na literatura, mas a maioria dos estudos aponta o título do dicionário analógico de [Peter Mark Roget](#), *Thesaurus of English words and phrases*, publicado em Londres, em 1852, como sendo a primeira citação.

Tesouros surgem da necessidade de manipulação de grande quantidade de dados e documentos especializados, em que vocabulários mais específicos e estruturas mais articuladas e integradas se fazem necessárias.

Segundo a norma [ANSI/NISO Z39.19](#), “Tesouro é um vocabulário controlado organizado em uma ordem preestabelecida e estruturado de modo que os relacionamentos de equivalência, de homografia, de hierarquia, e de associação entre termos sejam indicados claramente e identificados por indicadores de relacionamento padronizados”.



É a estrutura de um tesouro que dá ao usuário a possibilidade de encontrar o termo mais adequado a ser utilizado, mesmo desconhecendo o nome específico para uma ideia ou conceito.

Acesse o VCE e conheça o tesouro do TCU. Consulte a [página](#) no portal, a [publicação](#) digital ou o [aplicativo](#) do VCE. A estrutura de verbetes também pode ser consultada na [wiki](#) de controle externo. Para críticas e sugestões, fale conosco: [gco@tcu.gov.br](mailto:gco@tcu.gov.br).

## ANEXO D – União Nº 197 VCE: Vocabulário de Controle Externo

ISC

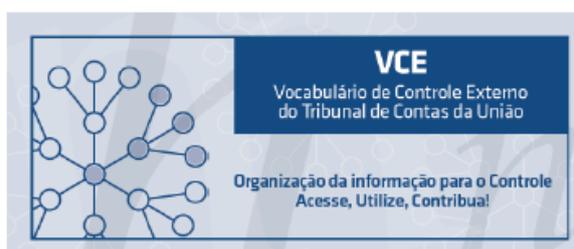
## VCE: Vocabulário de Controle Externo

Na semana passada (*União de 27/10*), vimos que o VCE é considerado um tesouro e que esse instrumento nasce da necessidade de reunir e sistematizar informações de determinado nicho do conhecimento. O VCE nasceu para fazer frente a essa demanda na área de controle externo.

Com mais de 13.000 termos e estruturado por palavras-chave, localidades brasileiras e entidades relacionadas à área de atuação do TCU, o vocabulário também é importante ferramenta para consultar termos sinônimos (USE/UP), homógrafos e homônimos.

No VCE, cada termo corresponde a um conceito e todos os termos estão relacionados, sendo a relação determinada pelo significado do termo. As relações (TR) e as definições (DEF), apresentadas em grande parte dos termos, ajudam a compreender melhor os conceitos específicos de controle externo e das áreas correlatas que compõem o Tesouro (veja exemplo na imagem ao lado).

Acesse o VCE e conheça o tesouro do TCU. Consulte a [página](#) no portal, a [publicação](#) digital ou o [aplicativo](#) do VCE. A estrutura de verbetes também pode ser consultada na [wiki](#) de controle externo. [Fale conosco](#).



### Contas irregulares

DEF: quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências: a) omissão no dever de prestar contas; b) prática de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, ou grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico injustificado; e d) desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. O tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que tenha ciência o responsável, feita em processo de prestação ou tomada de contas. (Fonte: INSTITUTO RUY BARBOSA. Glossário: Termos técnicos mais comuns utilizados por Tribunais de Contas. Instituto Ruy Barbosa, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: IRB/TCE/SC, 2005. 192p.)

TR: [Decisão definitiva](#)  
[Julgamento de contas](#)  
[Prestação de contas](#)  
[Título executivo](#)

UP: [Tomada de contas](#)  
[Rejeição das contas](#)

## ANEXO E – União N° 201 VCE: descritores de entidades

UNIÃO • ANO XXX • Nº 201 • QUARTA-FEIRA, 11/11/2015

4

CEDOC

## VCE: descritores de entidades

Boa parte dos nomes de entidades que constam do Vocabulário de Controle Externo (VCE) correspondem às entidades fiscalizadoras superiores (EFS) participantes da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai). Além delas, também foram incluídas instituições afins que congregam associações de natureza similar, quer por sua localização e/ou idioma, como por exemplo, Olacefs, EFSul, Pasai e Arabosai.

Todas as EFS também possuem descritores em formato simplificado registrado em português, a saber: *EFS + Nome do país em português ou Tribunal de Contas + Nome do país em português*. A medida visa facilitar a localização da nomenclatura correta. Também foi inserida a nota SITE contendo o site corporativo da instituição ou, em alguns casos, o site oficial do país.

Há casos de países de língua árabe, russa ou grega que utilizam caracteres diferenciados daqueles usados em português. Para estas situações, foram considerados como idiomas preferenciais o inglês, o espanhol e/ou o francês.

As entidades do VCE também contemplam parte da clientela do TCU e das unidades jurisdicionadas. Privilegiou-se a escolha do nome de acordo com o seu uso dentro do tribunal. Assim, encontram-se siglas e nomes completos de instituições. Em qualquer dos casos foram feitos duplos direcionamentos para não haver perda de informação.

Em muitas situações foram pesquisadas as nomenclaturas atuais, os nomes anteriores (NA) e os nomes posteriores (NP) das organizações e feitos os devidos agrupamentos permitindo uma pesquisa histórica mais facilitada. Todas as dúvidas foram sanadas por meio de consulta à legislação brasileira e ao site da entidade, relacionado em “nota de origem” (NO) quando existente. Em “Nota de escopo” (NE) foram registradas informações pertinentes à instituição, em geral relacionadas ao seu histórico ou finalidade. Na mesma nota também podem haver peculiaridades consideradas relevantes.

O CNPJ ativo das entidades relacionadas foi regis-



<b>Banco Central do Brasil</b>	
CNPJ: 00.038.166/0001-05	
NE: O Banco Central do Brasil foi criado pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964. É o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional.	
SITE: <a href="http://www.bcb.gov.br/">http://www.bcb.gov.br/</a>	
UP: BACEN BCB	← Siglas usadas para o Banco Central
	↑ Breve história
<b>Austrian Court of Audit</b>	
SITE: <a href="http://www.rechnungshof.gv.at/">http://www.rechnungshof.gv.at/</a>	
UP: ACA EFS Áustria Österreichischen Rechnungshofes Tribunal de Contas da Áustria	← Outros nomes para o Tribunal austríaco
<b>Comando da Marinha (1999-)</b>	
CNPJ: 00.394.502/0116-93	
NE: Criado pela Medida Provisória 1.799-6 de 10.06.1999 que transformou o Ministério da Marinha em Comando da Marinha. A partir do Decreto nº 4.118 de 07.02.2002 passou a integrar a estrutura básica do Ministério da Defesa.	
SITE: <a href="https://www.marinha.mil.br/">https://www.marinha.mil.br/</a>	
ER: Ministério da Defesa (1999-)	← Ministério relacionado
NA: Ministério da Marinha (1891-1999)	← Nome anterior do Comando
UP: Comando da Marinha do Brasil Marinha do Brasil	← Nomes alternativos

trado em nota própria (CNPJ) e corresponde sempre ao nº da matriz da organização. Finalmente, na nota Entidade Relacionada (ER) são listadas instituições intimamente relacionadas ou vinculadas à instituição principal. Alguns exemplos expandidos (veja imagem).

Para mais informações, acesse a [página](#) do VCE no portal do TCU. Você também pode consultar a [publicação](#) digital em formato pdf ou navegar de forma mais dinâmica pelo [aplicativo](#). Além disso, pode contribuir com a inserção de conteúdos pertinentes na [wiki](#) de controle externo. Estruturada pelo VCE, a ferramenta é colaborativa e está aberta a todos os servidores. Fale com a gente: [sgo@tcu.gov.br](mailto:sgo@tcu.gov.br).

## ANEXO F – União N° 040 VCE: descritores de entidades – parte 2

## CEDOC

## VCE: descritores de entidades – parte 2

Como já publicado no [União](#) da última quarta-feira (11), as entidades constantes do Vocabulário de Controle Externo (VCE) foram baseadas na clientela do Tribunal de Contas da União (TCU), nas Listas de Unidades Jurisdicionadas (LUJ) e nas entidades fiscalizadoras superiores (EFS) associadas à Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai).

Os ministérios brasileiros formam um caso à parte dentro do VCE. Minuciosamente estudados, é possível identificar a linha histórica de cada um, as mudanças de nomenclatura, seu tempo de vida, as transformações de competência, separações e aglutinações. Veja por exemplo, a cadeia histórica do atual Ministério do Esporte, com algumas observações destacadas (veja imagens ao lado).

Pesquise outras instituições acessando a [página](#) do VCE no portal do TCU. Consulte a [publicação](#) digital ou navegue pelo [aplicativo](#). Você também pode contribuir com a inserção de conteúdos na [wiki](#) de controle externo que está estruturada pelo VCE. [Fale conosco](#).

## Ministério da Educação e do Desporto (1992-1999)

NE: Criação: Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, art. 20: Transforma o Ministério da Educação em Ministério da Educação e do Desporto. Mais tarde, a Medida Provisória nº 1.795, de 01 de janeiro de 1999, art. 17, item IV, transformou o Ministério da Educação e do Desporto, em Ministério da Educação. A mesma medida também criou o Ministério do Esporte e Turismo.

NA: Ministério da Educação (1985-1992)

NP: Ministério da Educação (1999-)  
Ministério do Esporte e Turismo (1999-2003)

## Ministério do Esporte e Turismo (1999-2003)

NE: Criado pela Medida Provisória nº 1.795, de 01.01.1999 e ratificado pela Medida Provisória nº 2.216-37 de 31.08.2001. Mais tarde, a Lei nº 10.683, de 28.05.2003, art. 30, inciso X, criou o Ministério do Turismo.

NA: Ministério da Educação e do Desporto (1992-1999)  
Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (1992-1999)

NP: Ministério do Esporte (2003-)  
Ministério do Turismo (2003-)

## Ministério do Esporte (2003-)

CNPJ: 02.961.362/0001-74

NE: Criação: Lei n.º 10.683, de 28.05.2003, art. 31, inciso VI, com a transformação do Ministério do Esporte e Turismo em Ministério do Esporte. Mas a história institucional do esporte no Brasil teve início em 1937, quando, por intermédio da Lei nº 378 de 13/03/37, foi criada a Divisão de Educação Física dentro do Ministério da Educação e Cultura. História do Ministério do Esporte disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/>

SITE: <http://www.esporte.gov.br/>

ER: Comitê Olímpico Brasileiro  
Comitê Paralímpico Brasileiro

NA: Ministério do Esporte e Turismo (1999-2003)

UP: ME

## ANEXO G – Vocabulário de Controle Externo – Aplicativo

Vocabulário de Controle Externo - VCE
Log G

**Pesquisa**

Observações:  
 - Para pesquisar termos acentuados, é necessário digitar os acentos.  
 - O asterisco (\*) identifica um termo de uso não preferencial (sinônimo).

**Convenções e elementos usados:**

<p><b>Descritor</b> - termo autorizado</p> <p><b>USE</b> - remete ao termo autorizado</p> <p><b>UP (Usado Para)</b> - Usado Para: termo não autorizado</p> <p><b>TG</b> - Termo geral</p> <p><b>TE</b> - Termo específico</p> <p><b>TR</b> - Termo relacionado</p> <p><b>ER</b> - Entidade relacionada</p> <p><b>MOD (Termo especificador)</b> - muda ou complementa um descritor principal</p> <p><b>DEF e DEF2</b> - Definições do termo</p> <p><b>ENG e ESP</b> - Traduções do termo em Inglês e Espanhol</p> <p><b>NE (Nota de escopo)</b> - orientações sobre o uso de um termo ou informações relacionadas ao histórico/atribuições de uma entidade</p> <p>Para mais informações, consulte a <a href="#">estrutura conceitual do VCE</a>.</p>	<p><b>SITE</b> - Site oficial de uma entidade</p> <p><b>NA</b> - Nome anterior de uma entidade</p> <p><b>NP</b> - Nome posterior de uma entidade</p> <p><b>CNPJ</b> - CNPJ de uma entidade</p> <p><b>REG</b> - Região do Brasil</p> <p><b>MESO</b> - Mesorregião brasileira</p> <p><b>UF</b> - Unidade da Federação</p> <p><b>MUN</b> - Município do Brasil</p> <p><b>NO</b> - Nota de origem de um termo</p> <p><b>CT (Categoria)</b> - Categoria: áreas temáticas fundamentadas nas funções de governo.</p>
---	---

versão 1.0 Ativar Modo de Leitor de Tela  
 Data de atualização: 04/03/2016 14:43

## ANEXO H – Formulário para Sugestão de Termos

Como apenas os funcionários do Tribunal podem sugerir termos a identificação é feita diretamente no portal do TCU através do *login* integrado, sendo assim a sugestão de termos pode ser feita diretamente na Biblioteca Digital do TCU ou por e-mail [GCO@tcu.gov.br](mailto:GCO@tcu.gov.br).

The image shows a screenshot of a web browser window displaying the 'Sugerir Palavra-chave' (Suggest Keyword) form. The browser's address bar shows the URL: `portal.tcu.gov.br/main.jsp?lumPageId=8A8182A449CE02CF0149CE479884262A&lumChannelId=...`. The page title is 'Portal TCU - Biblioteca digital - Sugerir Palavra-chave'. The form contains a text input field labeled 'Termo' with a red asterisk indicating it is required. Below the input field, there is a legend: 'Campos obrigatórios' (Required fields). At the bottom right of the form, there are two buttons: 'OK' (blue) and 'Cancelar' (red). The background shows the 'Biblioteca digital do TCU' interface with a '1. Conteúdo' section and a 'Palavras-chave' input field. At the bottom of the page, there are navigation buttons: 'Cancelar', 'Anterior', and 'Próximo'. A small red asterisk and the text 'Campos obrigatórios' are visible at the bottom left of the page.

**ANEXO I** – Pré-teste do formulário para sugestão de termos para o VCE.

The image shows a web application interface for the TCU (Tribunal de Contas da União) Vocabulário de Controle Externo. The main content area is titled "Sugestões de termos para o VCE" and contains a form with the following fields:

- Termo sugerido:** A text input field with a red asterisk indicating it is required.
- Definição:** A large text area for defining the term.
- Justificativa:** A large text area for providing justification for the suggestion.
- Fonte bibliográfica:** A large text area for citing the source.
- Digite seu nome:** A text input field for the user's name.
- Digite seu e-mail:** A text input field for the user's email.

At the bottom of the form, there are two buttons: "Cancelar" on the left and "Registrar sugestão" on the right. The interface includes a dark blue sidebar on the left with navigation options: "Pesquisa", "Detalhes", "Relatórios", and "Colabore". The top navigation bar shows "Vocabulário de Controle Externo", "Ajuda", and "Sair".